



# Anais da Assembléia

N.º 34

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA EM 06 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 29.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Anélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Acir Mezzadri, Airtton Cordeiro, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti e Sabino Campos (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM 93/85

Curitiba, 30 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Instituto Agrônômico do Paraná-<sup>2</sup>IAPAR, a área de terreno com 1.134,22 m., denominada "Reserva H", localizada na confluência das Avenidas Piquiri e Barão do Rio Branco e Rua Pará, da cidade de Cascavel, objeto da Transcrição sob n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, no imóvel que se pretende doar funciona a Estação Agrometeorológica de Cascavel, cuja administração, controle e operacionalização, bem como registro e divulgação de dados, ficaram desde 1975, sob a responsabilidade da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR.

Em anexo, oferecendo maior detalhamento no que respeita à conveniência e oportunidade da medida, segue cópia autêntica do Ofício n. 2558/84, que me foi dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 65/85

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Instituto Agrônômico do Paraná-<sup>2</sup>IAPAR, a área de terras com 1.134,22 m., denominada "Reserva H", localizada na confluência das Avenidas Piquiri e Barão do Rio Branco e Rua Pará, da cidade de Cascavel e que constitui objeto da Transcrição n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Art.2.º- O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 94/85

Curitiba, 06 de maio de 1985.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, se afaste do País, no período de 9 a 13 do corrente mês, com destino ao Paraguai, a fim de comparecer à inauguração da Agência do Banco Del Paraná, na Vila Hayes, em Assunção, bem como visitar as demais instalações, daquele Banco, na referida cidade.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apeço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

#### Ofícios:

Sob os n.<sup>os</sup> DTL/06, 07 e 08/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 305, 07 e 112/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.<sup>os</sup> 8.072, 8.073 e 8.074, respectivamente. Anote-se- Arquite-se.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão dos Projetos de Lei n.<sup>o</sup> 59/85 e de Resolução n.<sup>o</sup> 39/85, pois os mesmos se encontram em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor MARIO KATO, ocorrido na cidade de Cascavel.

O extinto, foi professor universitário e advogado, e pessoa de grande relacionamento na sociedade cascavelense.

Uma vez aprovado o presente, solicito que seja dada ciência à família enlutada e à sociedade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar, pela morte do Senhor MÁRIO KATUO KATO, ocorrido no dia de hoje

na cidade de CASCAVEL-PR.

Da decisão do Plenário, solicitamos seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(aa) MÁRIO PEREIRA

SÉRGIO SPADA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DARCI BORGES DA SILVEIRA, haja vista que o mesmo era progenitor do Deputado Federal Luiz Carlos Borges da Silveira.

Solicitamos ainda, que seja enviado expediente à viúva, Senhora HELENA BORGES DA SILVEIRA, no endereço: Av. Manoel Pedro s/n, Lapa-Pr; e para o Deputado Borges da Silveira no endereço: Av. Almirante Tamandaré, n.<sup>o</sup> 498, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor DARCI BORGES DA SILVEIRA, ocorrido ontem, no Município da Lapa, pai do ilustre Deputado Federal Doutor BORGES DA SILVEIRA.

Requer, outrossim, que da decisão da Mesa seja a família enlutada comunicada através da Senhora HELENA BORGES DA SILVEIRA, sito à Rua Almirante Tamandaré, 498, nesta Capital viúva do falecido.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de pesar pelo falecimento do Doutor MÁRIO KATO, advogado e professor da cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoiamento: Mário Pereira e Roberto Requião.

##### JUSTIFICATIVA:

O Doutor Mário Kato, era advogado e professor em Cascavel, tendo sido também presidente da seccional da OAB daquela cidade. Oriundo de São Paulo, para onde seu corpo será transladado, Doutor Mário

Kato estava radicado no Paraná há muitos anos, sobressaindo-se tanto como profissional do Direito quanto como militante político. Nosso pesar e nossa solidariedade aos familiares pelo seu prematuro falecimento, ocorrido hoje.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração nos Anais desta Casa de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Leal Machado, Vereador da Câmara Municipal de Clevelândia, óbito este que se deu em Curitiba, na semana passada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

## JUSTIFICATIVA:

Após longa enfermidade, morreu Pedro Leal Machado, um grande defensor do povo clevelandense e um servidor da sua gente na Câmara Municipal, onde exerceu, por inúmeros períodos, o mandato de Vereador.

Pedro Leal Machado, foi um cidadão exemplar e com irresistível vocação para a política. Sua casa estava sempre aberta para atender o povo, especialmente os mais humildes que ali encontravam Pedro Leal Machado e sua digníssima esposa D. Lourdes Machado (professora dedicada e ex-inspetora auxiliar de ensino) sempre prontos para minorar sua dor e auxiliá-los com orientação e dedicação.

A par de sua atuação política, Pedro Leal Machado também desempenhou com zelo e eficiência funções, no Poder Judiciário Estadual, tendo se aposentado como oficial de Justiça.

Sua vida, entretanto, não foi em vão. Deixa um patrimônio de dignidade e honradez para os seus familiares, um legado de obras e dedicação para os clevelandenses e para os seus amigos, como eu, um exemplo de amizade e companheirismo, que dignifica a vida e a política.

Solicita-se que se dê conhecimento deste a Senhora Lourdes B. Machado, sua viúva, aos seus filhos, Doutor Luiz Machado e Luciano Machado, todos residentes em Clevelândia, bem como a Câmara Municipal daquele próspero município paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento

do cidadão ABDELKARIN JANENE, ocorrido em Londrina.

O extinto era um apaixonado pelo Brasil, um grande herói no processo da colonização do norte do Paraná, tendo dedicado a sua vida exclusivamente ao trabalho.

Abdelkarin Janene era homem admirado e estimado por todos os inúmeros amigos que tiveram o privilégio da sua convivência, tendo sua morte causado muita tristeza e dor.

Era o tipo de homem que jamais deveria morrer, figura muito rara nos dias atuais. Seu desaparecimento deixa um grande vazio no Paraná e uma lição de arrojado trabalho e dedicação que deve servir de exemplo para as gerações do presente e do futuro.

Requeiro, ainda, que a decisão da Assembléia Legislativa, seja comunicada à família enlutada, na rua Professor João Cândido, n.º 398, apartamento 82, em Londrina.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Darci Borges da Silveira.

O fato deixa-nos todos profundamente consternados, tendo em conta a alta estima de que o mesmo era merecedor. O Senhor Darci Borges da Silveira era pai do ilustre Deputado Federal Luiz Carlos Borges da Silveira.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Senhor JOSÉ PACHULSKI, ocorrido na cidade de Jardim Alegre, no último dia 21 de abril de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, dirigindo correspondência para o seguinte endereço: Senhor OSMAR PACHULSKI - A/C da Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento da SENHORA MARIA DA GLORIA FARIA PEREIRA, esposa do Excelentíssimo Senhor ALOISIO ALVES PEREIRA, Vice-Prefeito de São Pedro do Ivaí, ocorrido no último dia 21 de abril de 1985, em São Pedro do Ivaí.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, dirigindo correspondência para o endereço do Senhor ALOISIO ALVES PEREIRA - A/C da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí. Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre Luiz Depaoli, ocorrido recentemente na Municipalidade de Goioerê, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Vicente Massahiro Okamoto e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Valdinei José Peloi.

Goioerê possui 29 anos de emancipação política e administrativa. Sua história, mesmo antes de sua transformação em Município, é rica em exemplos de luta e coragem empreendedora que marcaram como maior característica a ação de sua gente notadamente os pioneiros. Foram muitas as dificuldades. Mas, as conquistas também aconteceram, permitindo um acelerado processo desenvolvimentista da região.

Muitos são enfim os fatos e pessoas que ajudaram a fazer a história de Goioerê.

Entretanto, nos últimos vinte e dois anos, Goioerê parece ter ganho um verdadeiro impulso com a chegada do Padre Luiz. Não necessariamente pelo fato de suas edificações materiais que também implantou, mas, acima de tudo, de sua fé cristã, cujo espírito religioso era um verdadeiro ato de estímulo à crença. Foram mais de duas décadas de dedicação intensa a todo um povo.

Pode-se dizer que a história do Município de Goioerê se confunde inegavelmente com a presença do Padre Luiz.

De origem italiana, nascido exatamente na cidade de Trento, a primeiro de julho de 1914, onde residiu com seus pais

durante alguns anos, Senhor Faustino e Celestina Depaoli, os dois já falecidos. Desde pequeno, quando adolescente, o jovem Luiz já evidenciava sua vocação e interesse para estudos teológicos.

No ano de 1939, dia 25 de março era ordenado scerdote. Daí em diante foram somados 46 anos de vida dedicada a pregação da palavra divina, vivenciando diversas experiências, muitas delas contadas por ele em seu livro intitulado "Missão na China", editado em 1977. Foram dez anos de convivência com o sistema comunista, onde o Padre Luiz esteve sempre em confronto com a postura até então ateuista do Governo instalado naquele País ante a sua pregação.

Influenciado por sua própria curiosidade e ao mesmo tempo facínio, padre Luiz chegou em nosso País na década de 50, mais precisamente em 1953, residindo primeiramente em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo. No Paraná, chegou pouco depois. Os Municípios de Santo Inácio, Colorado e Roncador foram testemunhas de seu trabalho de fé.

Logo depois veio a residir em Goioerê. Em bem pouco tempo, o Padre Luiz passou a conhecer a realidade da população goioerense, o que lhe permitiu pôr em prática uma série de atividades sacerdotais. Mais do que isto, procurou se integrar como grande ativista nas obras que tinham como objetivo maior proporcionar bem-estar à população. Neste sentido, em 1962, exatamente no mês de agosto, deu prosseguimento ao trabalho iniciado pelo Senhor Francisco Scarpari, relativo à conclusão das obras da Santa Casa Maria Antonieta Scarpari. Ao dinamizar o trabalho daquela instituição propiciou um verdadeiro apoio e assistência a pessoas carentes.

No ano seguinte, tendo sido eleito seu primeiro Presidente, fundou a Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Goioerê (APMI). A entidade durante todo o período de sua existência, permitiu a formação de uma consciência cristã nas pessoas das quais seu trabalho destinava.

A Escola Padre Anchieta, com o apoio de demais membros da sociedade, foi fundada pelo Padre Luiz. Também na qualidade de Presidente (primeiro de sua história) atendia um número grandioso de excepcionais, integrando-os a comunidade como elementos capazes de contribuir para o seu crescimento.

As atividades agropastoris sempre foram os aspectos mais marcantes do processo desenvolvimentista do Município e da região de Goioerê. Tal realidade desde aquela época como nos dias de hoje, caracterizava-se também pela presença de uma população rural grandiosa, cujo

contingente se constituía basicamente dos trabalhadores rurais. Justamente por essa razão é que os problemas relacionados com o setor eram muitos freqüentes, especialmente no que diz respeito a questão salarial. Diante disto, o Padre Luiz via a real necessidade de assegurar a efetiva organização dos trabalhadores rurais.

Neste sentido em 1967 reorganizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade. Esta entidade com o apoio do Padre, pôde desenvolver inúmeros trabalhos em benefício do setor, cuja organização lhe garantiu várias conquistas.

Comentar a respeito da agropecuária da região, além do Sindicato que reorganizou, estruturando-o, Padre Luiz foi um dos que liderou o movimento que acabou por fundar a Coagel- Cooperativa Agropecuária de Goioerê Limitada, que aliás, atualmente se constitui numa das mais importantes cooperativas do gênero existente no País.

No que se refere ao setor de comunicação no município, o Padre Luiz, com sua visão sempre muito a frente do próprio tempo, apontava a carência verificada. Procurando superar tais dificuldades, adquiriu a Rádio Goioerê, regularizando sua permissão para o seu funcionamento legal. Então a partir disso, a região passou a contar, como hoje, de uma Emissora de Rádio-difusão à altura de sua grandeza, assim como se viu que a mesma passava a dar muita ênfase na divulgação e na promoção daquelas potencialidades goioerenses.

Goioerê também carecia de um veículo de comunicação impresso. O Padre Luiz então fundava o seminário "Folha do Vale do Piquiri", que funcionou durante um bom tempo.

Porém, mais importante do que as obras edificadas pelo Padre Luiz, onde não se discute seus inúmeros e infindáveis benefícios, foram as sempre presentes manifestações de carinho que teve, bem como o apoio que sempre contou.

Prova disto, entre tantas, aconteceu no ano de 1964. Naquela ocasião os então integrantes do Poder Legislativo Municipal entregaram-lhe o título de Cidadão Honorário de Goioerê, homenageando o seu trabalho de fé e de coragem.

Enfim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, querer fazer uma narrativa fiel ou condizente com o que realmente realizou o padre Luiz Depaoli, neste requerimento, é ou seria muita pretensão. Pois o seu trabalho vai muito além do que ora em síntese é relatado.

Entretanto, não poderia deixar de requerer a devida e justa transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, a devida

importância que sempre teve e representou o Padre Luiz, cujas lições o povo de Goioerê, sem dúvida alguma jamais se esquecerá, e a história daquela vasta e rica região, lhe reservará muitas páginas por sua abnegação e respeito e que será plena justiça.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao cidadão Brasílio de Araújo e demais diretores da Sociedade Rural do Paraná, pelo extraordinário êxito da 25.<sup>a</sup> Exposição Agro-Pecuária e Industrial, realizada no mês de abril, em Londrina.

Brasílio de Araújo Netto, como presidente dessa entidade, dedicou-se com muito carinho, durante vários meses, preparando a Feira, a maior e melhor de todas já realizadas em Londrina.

Foi uma inesquecível festa de confraternização e de negócios e que reuniu um total de quase 180 mil pessoas, entre público e expositores, além de destacadas autoridades e personalidades que prestigiaram o evento.

Pelo brilhante e aguerrido trabalho, coroado do mais absoluto sucesso, Brasílio de Araújo Netto é digno e merecedor do louvor desta Casa de Leis.

Requeiro, ainda, que a decisão do Plenário, seja comunicada ao homenageado, na Sociedade Rural do Paraná, Parque Governador Ney Braga, em Londrina.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, a inserção em ata de voto de regozijo à Comunidade do Município de Imbituva, pelo transcurso do 114.<sup>o</sup> Aniversário deste proeminente Município, ocorrido no dia 03 de maio p.p.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Imbituva vem se destacando com o esforço de sua laboriosa gente, na ascensão do nosso Estado junto à Comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, Imbituva vem demonstrando, através do seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político

é social, a pujança do paranaense no cenário nacional, e razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que pela tradição e vigor do seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE LOUVOR, às fontes noticiosas, a todos os profissionais de imprensa do País, ao jornalista ANTONIO BRITTO, pela excelente cobertura e informações oficiais divulgadas sobre os acontecimentos registrados desde a eleição, morte e sepultamento do Presidente Tancredo Neves, dando-se ciência à Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.), assim como ao nosso homenageado, às Redes Bandeirantes, Globo, Manchete e Sistema Brasileiro de Televisão e ainda às retransmissoras locais de suas programações.

Sala das Sessões, em 06/05/85

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Recentemente, esta Assembléia Legislativa aprovou proposição deste parlamentar, no sentido de que se promova um Fórum de Debates abordando o tema: "O LEGADO DO PRESIDENTE ELEITO TANCREDO NEVES E A NOVA REPÚBLICA".

Assim, notamos quão importante se tornaram os registros dos pronunciamentos, discursos, entrevistas e de outros fatos relacionados com a campanha, eleição, morte e sepultamento do Presidente Tancredo Neves.

Mas, sem uma imprensa livre, democrática e sadia, como estariam registrados tão importantes acontecimentos?

Seria desnecessário dizer dos méritos dos competentes e esforçados profissionais que, cumprindo o seu mister, levaram a seus jornais, revistas, ou emissoras de rádio e televisão, as notícias relacionadas com a campanha, eleição, morte e sepultamento do nosso Presidente eleito Tancredo Neves.

É de se ressaltar que as imagens transmitidas ao vivo, levaram aos telespectadores a sensação de estarem participando ativamente desses eventos.

Todos nós sabemos que o Brasil inteiro viveu, sentiu, sofreu e acompanhou de perto todos os episódios relacionados com as campanhas pelas eleições diretas e pela Nova República apregoada pelo Presidente

eleito Tancredo Neves, e, ainda mais atentamente, o dia-a-dia, a partir de 15 de março até o sepultamento daquele estadista, no qual toda a Nação depositou suas esperanças.

Nesse período, destacou-se em particular, não só pela sua dedicação quanto pela sua competência e elevado espírito profissional, digno de elogio de quase a unanimidade de seus colegas, o jornalista ANTONIO BRITTO, que, em poucos dias, conseguiu, pelos seus próprios e indiscutíveis méritos, transformar a imagem discutida e polêmica do "Porta-Voz", na respeitável figura do verdadeiro Assessor de Imprensa da Presidência da República.

Aceitando que lhe fora deferida pelo Presidente Tancredo Neves, coube ao jornalista ANTONIO BRITTO o difícil encargo de levar ao conhecimento do público a síntese das ocorrências outrora transmitidas pelos seus antecessores.

Embora surpreendido com a enfermidade do Presidente eleito, e tendo iniciado seus trabalhos em clima bastante tenso, mas, de maneira elegante, sem divagações, rodeios ou rompantes nervosos, foi cumprindo com muita confiança e dignidade a espinhosa tarefa.

Desde a sua estréia, as noites mal dormidas nunca impediram que cumprisse suas obrigações de forma sóbria e correta, conseguindo dar credibilidade às informações divulgadas pelo Governo da Nova República.

O Presidente Tancredo Neves parece ter usado palavras certas ao dizer a Antonio Britto: "vamos sofrer juntos", quando o convidou a aceitar o grande desafio que resultaria numa conquista para todos os profissionais da imprensa a volta à credibilidade naquele importante setor da administração.

Com essa abertura realmente democrática, a reportagem tornou-se mais fácil, talvez por desenvolver-se em novo ambiente, e os resultados conseguidos estão registrados em sólidos documentários noticiosos, valiosíssimos como subsídios para a definitiva implantação da Nova República em nosso País.

O trabalho desenvolvido pela imprensa e jornalistas cômicos de seus deveres profissionais fez com que o Brasil, unido, aceitasse as propostas de TANCREDO NEVES e as conservasse vivas, mesmo após a sua partida deste mundo, avocando para si o precioso LEGADO que esse grande Líder nos deixou.

Se a chama dos preceitos da Nova República ainda estão a inflamar o peito dos cidadãos brasileiros que acreditam no futuro desta Nação, parte desse mérito, inegavelmente, cabe à imprensa e aos

jornalistas, aos quais o imortal Rui Barbosa homenageou com suas famosas citações, que fazemos nossas:

"A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa de perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devasse o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que ameaça". (A imprensa e o Dever da Verdade).

E, em outra obra:

"Cada jornalista é para o comum do povo, ao mesmo tempo, um mestre de primeiras letras e um catedrático de democracia em ação, um advogado e um censor, um familiar e um magistrado" (Primores).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja destinado o Salão do Plenarinho do Edifício desta Assembléia para sediar o movimento de greve dos Trabalhadores Vigilantes e Vigias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/05/85

(aa) ROBERTO REQUIÃO e

NESTOR BAPTISTA

Apoiamento: Antônio Annibelli e Antônio Belinati.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão, na próxima programação daquele órgão, da construção de uma ponte sobre o Rio Jesuítas, ligando o Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste, ao Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 06/05/85

(a) MÁRIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício à Diretoria do Jornal

"FOLHA DE PRUDENTÓPOLIS", enviando votos de congratulações pelo seu relançamento.

Sala das Sessões, em 06/05/85

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Prudentópolis estará melhor informada com o ressurgimento da "FOLHA DE PRUDENTÓPOLIS".

O relançamento daquele órgão de imprensa, é visto com simpatia por toda a região, e vem sendo aguardado com enorme expectativa.

Seus diretores e a população local tornam-se merecedores dessa manifestação de apoio, pois, o renascimento da "FOLHA DE PRUDENTÓPOLIS" significa o fortalecimento dos meios de divulgação de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de pistas para acostamento em diversos trechos da rodovia que liga os Municípios de Nova Cantu-Roncador-Iretama.

No dia 4 de abril do corrente, a Câmara Municipal de Roncador realizou sessão ordinária em suas dependências, com a presença de todos os Vereadores. Na ocasião, aquela Edilidade aprovou, após discussões, várias questões que dizem respeito ao bem-estar daquela gente. Dentre os encaminhamentos, destaca-se o Requerimento, aprovado por unanimidade, que objetiva a construção de pistas para acostamento nos pontos considerados mais perigosos da rodovia que liga o Município de Nova Cantu-Roncador-Iretama.

O que motivou a apresentação do mencionado requerimento, de autoria do Excelentíssimo Senhor Miguel Pereira, refere-se aos inúmeros acidentes que têm ocorrido naquela rodovia, o que tem proporcionado, inclusive, vítimas fatais.

Ademais, vale ressaltar que a rodovia corta uma vasta região, cujas características são a presença de montanhas, com muito declive, verificando-se, portanto, que o seu traçado apresenta diversos contornos (curvas) o que aumenta ainda mais os riscos.

Fora de qualquer dúvida que a iniciativa do Poder Legislativo de Roncador reflete antes de tudo, um interesse que facilmente se constata nos demais municípios por onde passa aquela rodovia.

É pois, de fundamental importância que



essa Secretaria de Estado atenda tal solicitação, determinando a implantação de pistas para acostamento, pondo fim ao problema.

Sala das Sessões, em 06/05/85  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes, até mesmo em função do longo espaço com que os concursos públicos de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério vêm sendo realizados - o último data de 1979 - que autorizem a inscrição dos nossos professores veteranos e que aí estão na lide do Magistério, mesmo já tendo completado 45 anos de idade.

Trta-se de uma medida justa, humana e até mesmo legal, pois, se por um lado existe a limitação de 45 anos de idade para prestar concurso público, existe em contrapartida o não cumprimento histórico da parte do Governo, relativamente ao princípio de promoção de concursos públicos para o magistério, ao menos de 2 em 2 anos.

Sala das Sessões, em 06/05/85  
(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Finanças, Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor José Carlos Campos Hidalgo, solicitando a instalação de uma agência do BANESTADO no Município de Chopinzinho.

REQUER, outrossim, seja dado ciência do inteiro teor deste ao Sr. Mariano Patel, Presidente da Associação Comercial de Chopinzinho, sita a Rua Padre Anchieta, 340 - Chopinzinho/PR, como também a todos os Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 06/05/85  
(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.  
Líder do PDS

#### JUSTIFICATIVA:

Situado na região Sudoeste do Estado, o Município de Chopinzinho tem apresentado ritmo seguro e contínuo de desenvolvimento com base na atividade agrícola e na suinocultura.

Atualmente perfilha entre os seis mais desenvolvidos municípios da região, com

perspectivas promissoras de expansão ainda maior da sua economia.

O município, segundo suas lideranças, ressen-te-se da falta de uma agência do Banco do Estado do Paraná, a qual muito poderia contribuir para uma dinamização ainda maior da economia local.

É esse apelo que a população de Chopinzinho encaminha, por meio desse requerimento, à alta Direção do nosso estabelecimento oficial de Crédito para que, com sua presença no município, não se frustrem as expectativas do empresariado e das lideranças políticas locais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, e ao DOUTOR HEINZ GEORGE HERWIG, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Paraná, para que se proceda o cascalhamento da via de acesso que liga o Distrito de Nova Tebas no Município de Pitangas, a estrada projetada, ligando aquele município ao de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 06/05/85  
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados: o requerimento que ora apresentamos, vem de início atender às reivindicações que nos foram feitas pelo Vereador DONATO ESSER, residente no Distrito de Nova Tebas, e representante daquela comunidade na Câmara Municipal de Pitanga, que conhece de perto os problemas causados nas ocasiões em que ocorrem chuvas naquela região, e que deixaram aquela estrada intransitável, causando sérios problemas principalmente nas épocas de colheitas no meio rural.

O cascalhamento daquela via de acesso, além de beneficiar aquele Distrito, virá de encontro a uma antiga reivindicação daquela laboriosa população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, M.D. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, a fim de que este venha a implantar um sistema completo de iluminação junto à Escola Estadual Basílio Pertew - ensino de 1.º grau, no Distrito de Ângulo, Município de Iguaraçu.



Sala das Sessões, em 06/05/85

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Basílio Pertew - Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito de Ângulo, Município de Iguaraçu, é a principal fonte de ensino de 1.º Grau, deste município.

Atualmente a predita Escola, conta com cerca de 200 alunos, devidamente matriculados, no período noturno, os quais, encontram-se impossibilitados à prática de esporte, face à falta de iluminação, junto à cancha da referida Escola, dificultando, inclusive, as aulas de Educação Física.

A presente solicitação está sendo feita pelo Sr. Prefeito Municipal de Iguaraçu, bem como pelos líderes políticos daquela região e à Diretoria da Escola.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, para que o mesmo determine a construção de 2 (duas) salas de aula, junto à Escola Estadual José Bernardo dos Santos - Ensino de 1.º Grau de Arapongas/Paraná.

Sala das Sessões, em 06/05/85

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

A construção das salas de aulas acima previstas no referido colégio, é de maior urgência, tendo-se em vista o crescente número de alunos junto à Escola, já com 280 (duzentos e oitenta) matriculados, desmembrados em 09 (nove) turmas, tornando-se praticamente impossível o funcionamento da escola.

Além do mais, a referida escola, conta com somente 04 (quatro) salas de aulas, sendo que uma destas está subdividida, comportando apenas 19 carteiras porque à mesma funcionam o almoxarifado, mecanografia, material didático, depósito de merenda escolar e ainda sala dos professores.

Informamos ainda que o local destinado para o uso do almoxarifado (3m2), funcionam a Secretaria e a Diretoria da Escola, que se encontram em péssimo estado de conservação.

No presente requerimento torna-se claro a grande urgência da construção das salas de aulas atrás mencionadas, posto que, os alunos que se encontram matriculados junto à Escola Estadual José Bernardo dos Santos, residem próximo à

mesma, ou seja às margens da BR-369, tornando-se assim impossível a transferência dos referidos alunos para outros quaisquer estabelecimentos de Ensino.

A presente solicitação está sendo feita pela Senhora Diretora da Escola, como pelo Senhor Prefeito Municipal e demais líderes políticos daquela região.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHA, DD. Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo forneça um equipamento compacto para a produção de extratos vegetais e/ou animais popularmente denominado "Vaca Mecânica", para o Município de Astorga.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Astorga, conta com aproximadamente 27.000 habitantes, sendo que uma razoável parcela desses habitantes são de baixo poder aquisitivo.

A implantação do equipamento acima predito, é da maior importância para o Município, visto que, o mesmo contribuiria sensivelmente para a queda de mortalidade infantil, bem como auxiliaria de forma bastante expansiva as entidades assistenciais que nele se encontram, para auxiliar os menores carentes em suas alimentações. Podemos citar como exemplo a cidade de Arapongas, a qual foi beneficiada em muito com a "Vaca Mecânica", tendo em vista, a comprovada queda nos índices de mortalidade infantil.

Esclarecemos, que o Município dará total manutenção ao equipamento.

A presente solicitação está sendo feita pelo Senhor Prefeito Municipal, como também pelos líderes políticos e Presidentes de entidades assistenciais.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHA, DD. Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo forneça um equipamento compacto para a produção de extratos vegetais e/ou animais, popularmente denominado "Vaca Mecânica", para o Município de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Jandaia do Sul, conta com aproximadamente 17.500 habitantes, sendo que uma razoável parcela desses habitantes são de baixo poder aquisitivo.

A implantação do equipamento acima predito, é da maior importância para o Município, visto que, o mesmo contribuiria sensivelmente para a queda de mortalidade infantil, bem como auxiliaria de forma bastante expansiva as entidades assistenciais que nele se encontram, para auxiliar os menores carentes em sua alimentação. Podemos citar como exemplo a cidade de Arapongas, a qual foi beneficiada em muito, como a "Vaca Mecânica", tendo em vista, a comprovada queda nos índices de mortalidade infantil.

Esclarecemos, que o Município de Jandaia do Sul arcará com a construção do prédio que se fará a instalação do referido equipamento, como também com a manutenção quando necessário for.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A inflação tem sido a manifestação mais cruel da grave crise por que passa o país. Em que pese a queda da mesma no mês de abril, persistem os efeitos perniciosos do acumulado dos últimos doze meses: o índice ainda permanece no patamar inédito de mais de 230%.

Os trabalhadores são os que mais sofrem com o alto custo de vida e a crescente deterioração de seu poder aquisitivo.

Não é outra a razão que tem levado inúmeras categorias a se mobilizarem em defesa de seus interesses mais imediatos, que muitas vezes significa a própria sobrevivência. Daí porque, a explosão de greves em todo o país.

É evidente que o reajuste semestral de salários já não consegue mais atender à necessidade de reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Coloca-se, portanto, a questão das antecipações dos reajustes e, mesmo, do reajuste trimestral.

Os funcionários públicos paranaenses não são exceção à regra e não escapam das agruras e carências causadas pela inflação. Não fogem, portanto, das manifestações e reivindicações por salários reais.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, apelando ao mesmo para que adote as providências necessárias visando viabilizar um abono de emergência para o funcionalismo público estadual.

Tal abono poderia ser concedido, da mesma forma como se está propondo em São Paulo, com uma antecipação do provável aumento de julho próximo. Em nosso entendimento, poderiam ser concedido 25% de reajuste em maio, 25% em julho e o restante em julho.

Acreditamos que desta maneira será possível minorar as notórias dificuldades em que se encontram os funcionários públicos de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Ministro da Administração, solicitando a relação de todos os cidadãos paranaenses que se utilizam de apartamentos em Brasília às custas do Estado.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) EDGAR PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

As denúncias que dão conta da existência de milhares de apartamentos na Capital Federal que são utilizados por homens públicos, parentes ou amigos seus, agridem o sentimento nacional que observa, de um lado, o privilégio de poucos em detrimento do sofrimento e dificuldades de muitos.

A Nova República prega a austeridade e probidade administrativa com o que concordamos e, diante desta razão, é que precisamos alertar a opinião pública sobre os "agraciados" com tais mordomias. O Paraná precisa saber se existe algum de seus homens que se utilizam de tais regalias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da liberação de maior cota de combustível, assim como armamento, para a Delegacia existente na Municipalidade de Nova Cantu.

A presente solicitação se faz necessária tendo em vista os constantes reclamos feitos pelo conjunto da população daquela cidade de Nova Cantu.

Neste sentido, de acordo com iniciativa do Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira, Prefeito Municipal, há a real necessidade de assegurar melhores condições ao organismo policial existente

no tocante a ações de caráter preventivos, e até mesmo os intantes em que a segurança da população estiver sendo ameaçada.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, o encaminhamento de medidas, o mais breve possível, visando por fim ao estado atual de coisas.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Secretaria de Estado da Educação visando que, mediante estudos devidos, determine a liberação de recursos de ordem financeira para a construção de uma sala especial para alunos excepcionais na Municipalidade de Peabiru.

Embora não existam dados estatísticos oficiais, levantamentos têm revelado uma série de pessoas em idade pré ou escolar que apresentam em suas respectivas constituições físicas algum tipo de deficiências. Tais crianças peabiruenses, conforme relatam os pais destas, tem conseguido eliminar diversas barreiras com relação a seus problemas. No entanto, em que pese todos os esforços e dedicação, várias são as dificuldades que acabem, sempre por permanecer.

No plano educacional é que se constata a multiplicidade de problemas, pois há a falta de uma sala especial que, através de equipamentos e professores especializados seria capaz de ensinar os alunos excepcionais do município.

Neste sentido, urge, neste instante, a imprescindível colaboração dessa Secretaria de Estado da Educação, assegurando a concretização de mecanismos pelos quais se poderá concretizar a presente reivindicação, que aliás é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Olávio Silva da Silveira, integrante da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado José Antônio Fonseca, ao final assinado, exercitando o que se contém no manifesto, e no Programa do PMDB, conforme as suas prerrogativas regimentais, REQUER de Vossa Excelência, com aprovação do Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia, do artigo do jornalista Emir Sfair, publicado no jornal O Paraná, do dia 30/04/85, sob o título: A GREVE DOS VIGILANTES, recortado em anexo

ao presente.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

1- O artigo cumpre o sacerdócio político que a Doutrina do PMDB, expressada pelo Manifesto e Programa do Partido impõe aos seus Parlamentares. E, considerando que o jornalista não tem a obrigação de empreender a pregação política, o artigo reveste-se de grande apreciação parlamentar e merece, quer pelo desprendimento do jornalista, quer pelo seu conteúdo de profunda análise social e de conduta governativa, ser elevado por esta Casa, a nível de expressão de sua tribuna, e guardado em seus Anais, como tributo de honra ao seu autor, e de estímulo ao jornalista sério e esclarecedor.

2- Por isso, este Parlamentar o ratifica, porque não se pode mesmo conceber que o Governo do PMDB pretenda frustrar o Legítimo Direito dos vigilantes, de se fazerem ouvir pela greve, suprimindo-lhes as funções, com as forças policiais do Estado, que assim estão sendo desviadas dos seus encargos, para proteger os esbulhadores do trabalho assalariado, contra os direitos de humildes e sofridos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que, para proteger especuladores financeiros, a Polícia deixa à desproteção, a SOCIEDADE que por ela deve ser permanentemente guardada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após decisão Plenária, seja incluído nos anais desta Casa, a matéria veiculada no jornal "O Estado do Paraná" do último domingo, dia 5 de maio, cuja cópia encontra-se anexa, sobre as denúncias da distribuição em larga escala de lagartas contaminadas aos sericicultores de Nova Esperança pelas multinacionais Kanebo Silk do Brasil S/A. e Bratac S/A., numa qualificada forma de protecionismo comercial adotada desde a distribuição à industrialização da seda, impetradas pelas empresas que detém o domínio total na região.

REQUER, outrossim, após a decisão da Casa, seja dada ciência ao professor Geraldo Demarchi, Presidente da Associação dos Sericicultores de Nova Esperança; Alfredo Bordim Vice-Prefeito de Nova Esperança, Osvaldo de Pádua, Luiz Carlos Rizzo e João Montovan, repórteres daquele matutino da sucursal de Maringá.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) TADEU FRANÇA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 66/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Suínos, Região Paraná - ABRAVESPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/05/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A ABRAVES-PR, foi fundada em nossa Capital em janeiro de 1983; é uma associação civil, reconhecida como entidade de classe, com fins educativos e sem fins lucrativos.

Seus principais objetivos são:

- 1- Prestar cooperação aos órgãos particulares ou governamentais relacionados à suinocultura, e quando necessário manifestar publicamente, visando o interesse da área;
- 2- prestar assistência técnica aos seus associados e zelar por melhores condições de trabalho;
- 3- promover reuniões técnicas, cursos, treinamentos visando aprimorar os conhecimentos de seus associados e estudantes de Medicina Veterinária, bem como entidades de classe.

Estamos anexando ao presente plano de lei, toda a documentação comprobatória, conforme exigência da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações, em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A inflação tem sido a manifestação mais cruel da grave crise que passa o País. Em que pese a queda da mesma no mês de abril, persistem os efeitos perniciosos do acumulado dos últimos doze meses: o índice permanece no patamar inédito de mais de 23 por cento.

Os trabalhadores são os que mais sofrem com o alto custo de vida e a crescente deteriorização de seu poder aquisitivo.

Não é outra a razão que tem levado inúmeras categorias a se mobilizarem em defesa de seus interesses mais imediatos, que muitas vezes significa a própria sobrevivência. Daí porque, a explosão de greves em todo o País.

E evidente que o reajuste semestral de salários já não consegue atender à necessidade de reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Coloca-se, portanto, a questão

das antecipações dos reajustes e, mesmo, do reajuste trimestral.

Os funcionários públicos paranaenses não são exceção à regra e não escapam das agruras e carências causadas pela inflação. Não fogem, portanto, das manifestações e reivindicações por salários reais.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, apelando ao mesmo para que adote as providências necessárias visando viabilizar um abono de emergência para o funcionalismo público estadual.

Tal abono poderia ser concedido, da mesma forma como se está propondo em São Paulo, com uma antecipação do provável aumento de julho próximo. Em nosso entendimento, poderiam ser concedido 25 por cento de reajuste em maio, 25 por cento em junho e o restante em julho.

Acreditamos que desta maneira será possível minorar as notórias dificuldades em que se encontram os funcionários públicos de nosso Estado.

Este requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi elaborado com a intenção de minimizar a defasagem que enfrentam os funcionários públicos nos seus proventos.

O Estado de São Paulo já determinou que se antecipe 25 por cento em maio, 25 por cento em junho, e o restante em julho. O Estado do Paraná tem uma excelente financeira, o Caixa da Secretaria das Finanças é ótimo, razão pela qual o Estado pode abrir mão de uma parcela do que tem aplicado e antecipar o que pretendemos ao funcionalismo público, fazendo jus, não somente porque São Paulo já entendeu, desta forma, mas o Estado do Paraná não pode ficar em situação inferior ao Estado de São Paulo.

Queríamos contar com a participação do ilustre Deputado Caíto Quintana, Líder aguerrido da Bancada do PMDB, para que viabilize este nosso requerimento com o Sr. Governador, Sr. José Richa, e também da Mesa Executiva, dos Deputados que compõem a Bancada governista, Deputado Nilso Sguarezi, Deputado Anibal Khury, que colaborem com este Deputado, porque se este requerimento for atendido não será nossa pretensão de abdicarmos para nós os louros desta vitória, mas sim, de toda esta Casa Legislativa.

Muito obrigado. Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não é de hoje, mas já há algum tempo, pequenas e mesquinhas notas de imprensa tentam envolver meu nome, quando ocupava o cargo de 1.º Secretário desta Assembléia Legislativa.

São pequenas, mesquinhas, tão mesquinhas quanto as mentiras que procuram chacoalhar o nosso nome. Não sei quem são os autores. Só sei que a campanha está sendo insidiosa, e está realmente colocando a nossa moral em má situação. Foi por isso que encaminhei ao ilustre 1.º Secretário um ofício, solicitando que compusesse uma comissão de inquérito para apurar as possíveis irregularidades que esses jornais vêm colocando e insinuando através de notas mesquinhas.

Ontem, mais uma vez, em relação ao computador

que nós alugamos, e que temos aqui o contrato de aluguel, e pela própria prova de material, poderão ver os Srs. Parlamentares, em meu gabinete, trata-se de um computador já velho, e até caindo aos pedaços — mas que para mim serve — e uma nota do jornal O ESTADO DO PARANA, dizendo que eu havia recebido de brinde pela aquisição dos computadores.

Mas, pior, Sr. Presidente.

Aquela nota diz que a informação vem do nobre 1.º Secretário. Conversando com ele, ele diz que não. Que deve ser algum adversário de imprensa. Entretanto, as notas insistem, nobre Secretário. São insistentes e voltam à tona periodicamente. E, aos poucos, estão martirizando, aos poucos estão logrando um efeito maquiavélico que diz: DE TANTO REPETIR UMA MENTIRA, ELA SE TRANSFORMA ATÉ POSSIVELMENTE EM VERDADE. E eu já solicitei, sem lograr objetivos, que se formasse uma comissão, uma comissão parlamentar para apurar irregularidades, para tranquilizar a opinião pública dessa campanha insidiosa, para tirar as dúvidas daqueles que possam publicar. Porque, como diz o adágio, quem não deve, não teme.

Por isso, passo a pedir desta tribuna, mais uma vez, que se dê oportunidade ao nobre Deputado Werner Wanderer, que disse que poderia haver irregularidades, para que ele apure as irregularidades, constitua essa comissão. Se devo, quero pagar, Sr. Presidente. Mas, se não devo, não quero passar pelo arbítrio das notas insinuosas, pelo arbítrio que imperou nesse País, através do regime militar, e agora vem sendo provocado por notinhas de imprensa, que vêm chacoalhar a nossa moral.

Quero olhar de frente.

Por isso, faço esse desafio: que ponha as garras de fora, que ponha a cara de fora aquele que realmente sabe de alguma coisa concreta, e que não venha com mentiras como estas e que apareça em campo aberto, e que formalize esta denúncia, que venha à público com provas, e não com mentirinhas, e não venha com insinuações, com diz-que-diz-que

Ora, esta Casa é séria e o assunto também é sério.

E solicito, por último, que a Mesa Executiva se pronuncie oficialmente, porque não ficarei aqui, já por mais de três meses, sendo perguntado por companheiros que lêem aquelas notas mesquinhas e mentirosas, sem que haja uma resposta oficial.

E, se a Mesa Executiva não tomar providências no sentido de impor de uma vez por todas, através de uma Comissão de Inquérito, para se chegar à verdade, passo a solicitar isso através de requerimento desse plenário.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa anuncia com satisfação e com muita honra, a presença do Senador Marcos Freire, no plenário desta Casa, e vai suspender a sessão por cinco minutos, para que os Srs. Deputados possam cumprimentá-lo.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está reaberta a sessão.

A Mesa designa o Deputado Caíto Quintana para saudar o nobre Senador Marcos Freire, em nome da bancada do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, autoridades que nos honram com sua

presença nesta tarde, nesta Casa de Leis. A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro sente-se honrada, neste instante, em receber tão insigne autoridade e tão insigne político.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sente-se o ar de uma Nova República, sente-se o ar do fortalecimento da classe política, sente-se a presença de um novo tempo que queremos e pretendemos para a Nação brasileira.

Esta Casa, no dia de hoje, com a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal, quando via de regra encontrávamos no Paraná a presença quase que exclusiva nos assuntos nitidamente administrativos da Caixa, esta Casa sente o prazer, a satisfação de ver que uma das preocupações do seu Presidente é vir a esta Casa de Leis, prestar a sua homenagem a este Parlamento, matar, talvez, a saudade deste Legislativo, fonte natural de todas as leis que por certo farão a nossa grande República.

O prestigiamento da classe política, na sua sensibilidade e na sua vontade de acertar, na sua vontade de corresponder a expectativa de mais de cento e trinta milhões de brasileiros, na vontade de associar o ato administrativo com a vontade da população, com os caminhos que queremos no campo social para este País gigante, por certo, faz com que o Senador Marcos Freire venha até esta Casa para reencontrar companheiros do Legislativo.

Queremos deixar aqui, em nome da Bancada do PMDB, o nosso agradecimento pela presença, a nossa homenagem pela postura séria, correta, coerente e comprometida com as mudanças que a própria Caixa deverá ter. E a nossa certeza de que exatamente, se colocarmos pessoas comprometidas com o desenvolvimento da qualidade de vida do povo da nossa terra, haveremos de construir, sim, um novo Brasil mais brasileiro, mais igualitário, mais justo, mais social e mais humano.

Por isso, Sr. Senador Marcos Freire, nesta Casa do Povo, aqui no Legislativo, permita-nos cumprimentá-lo, não na condição de Presidente da Caixa, mas na condição de homem público com origem no Parlamento, como companheiro de memoráveis lutas, na certeza de que, esta formação democrática, da defesa intransigente, da vontade de nossa população e do compromisso na formação de um novo Brasil, haverá de nortear, e Vossa Excelência e seus companheiros de diretoria, de trabalho na Caixa Econômica, a vontade férrea de todos nós, de podermos construir uma Nação melhor para todos os nossos patrícios.

A homenagem deste Poder, a homenagem da Bancada do PMDB, e a confiança que temos em Vossa Excelência por conhecermos suas raízes, e a certeza de que, se pudermos unir administradores, políticos e população, construiremos muito mais fácil o Brasil que todos nós queremos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho para saudar o nosso visitante, em nome do Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, autoridades que nos honram com sua presença hoje, nesta Casa, Sr. Presidente da Caixa Econômica, membros da diretoria da Caixa Econômica Federal: Na realidade, Sr. Presidente, estamos vivendo tempos novos. É com satisfação, Sr. Presidente, que nós recebemos sua visita hoje, nesta Casa, e com muita honra em nome da Frente Liberal, nós o saudamos, e damos as boas vindas ao Paraná e a esta Casa.

Vossa Excelência dá uma demonstração, de que,

quando dizíamos que cabia à administração aos políticos e o assessoramento dos técnicos, está aí demonstrada a verdade. Vossa Excelência quando marca uma visita ao Paraná, comunica à classe política de sua presença; hoje ainda pela manhã recebi o seu telex, dando o roteiro de sua visita ao Paraná.

É nesta convivência, com este contato é que, haverá o aprimoramento da democracia, trabalhando de acordo com a vontade do povo, e junto com o povo. Confio numa administração, quando é feita sempre para o bem do povo. Vossa Excelência já toma as primeiras providências, ao assumir a Caixa Econômica, medidas de atender ao homem da periferia, aquele mais pobre, aquele que precisa da ajuda. E é com esta participação, que nós confiamos em novos tempos, nesta Nova República.

Queremos desejar a Vossa Excelência, que há poucos dias assumiu a Presidência da Caixa Econômica, grande êxito na sua administração, e cabe a nós políticos, fazer votos que Vossa Excelência faça uma grande administração, dando demonstração de que os políticos sempre que agem no bom sentido, têm sempre condições de prestar relevantes serviços à Nação, como sempre prestou.

Muito obrigado pela sua visita a esta Casa.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, para saudar o nosso visitante, em nome da Bancada do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Diretores da Caixa Econômica Federal, Sr. Diretor Presidente, Senador Marcos Freire.

Pessoalmente tenho dupla satisfação em saudar o Senador Marcos Freire, neste plenário. Dupla satisfação em nome do meu partido, porque já tive a oportunidade de reconhecer aqui neste plenário, o trabalho da Caixa Econômica, em oportunidades anteriores.

Esta satisfação pessoal, porque reconheço em Marcos Freire um dos peregrinos da democracia brasileira. Reconheço no ex-Senador Marcos Freire o homem de valor, que chegou em algum momento da sua vida pública, inclusive a renunciar mandato para continuar na luta pela democracia.

Todos os políticos, independentemente de coloração partidária, mas que querem que este País viva realmente a Pátria da liberdade, da democracia, devem ter nas lições e nos discursos do Senador Marcos Freire, como naqueles que estão compilados, em sua obra OPOSIÇÃO HOJE, um dos vetores, de como político, pode no exercício da Oposição, contribuir com as suas críticas, com as suas sugestões para o aprimoramento do regime democrático.

Por isso, saúdo Marcos Freire, na certeza de que, ao saudá-lo, saúdo também a classe política brasileira — classe política brasileira que, lamentavelmente, ficou com os ônus dos últimos vinte anos, e as possibilidades da realização das obras administrativas, foram transferidas muitas vezes, para os tecnocratas que, nos seus gabinetes com ar condicionado, e longe da poeira das estradas, longe do contato das mãos populares muitas vezes tomaram decisões que não correspondiam com a realidade nacional. Mas devemos reconhecer também, que este não tem sido o caso da Caixa Econômica Federal. Aqui no Paraná, podemos testemunhar quantos Centros Sociais Urbanos foram financiados, como a Caixa Econômica Federal foi um

instrumento legítimo para que no Paraná fosse possível disseminar talvez, o maior programa de construção de escolas pelo interior do Paraná, como também podemos marcar a administração anterior da Caixa Econômica que, como aquela que transformou diversos municípios paranaenses antes desassistidos às vezes de uma agência, e que conseguiram, com a agência da Caixa Econômica, dar um novo salto com relação ao desenvolvimento.

Por isso, Dr. Marcos Freire, ao saudá-lo, espero que a Caixa continue a executar o trabalho que teve ao longo da História brasileira, porque, História do Brasil, na verdade, confunde-se com a História da Caixa Econômica Federal.

E que possa, neste momento em que todos nós, políticos, técnicos, população enfim deseja que a Caixa Econômica transforme-se cada vez mais, em instrumento valioso de promoção social do povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa sente-se honrada em conceder a palavra ao Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é de estranhar a minha presença, neste dia, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fui convocado para presidir a Caixa Econômica Federal, como político, e como político espero exercer o comando que me foi confiado, exercê-lo como político, no melhor sentido da palavra, porque, vejo, nessa poderosa instituição financeira que é a Caixa Econômica, um instrumento do Governo, e como instrumento do Governo, não podemos considerá-la um departamento estanque, da sociedade em que estamos inseridos, pelo contrário, estou certo de que será do diálogo e do entrosamento entre as várias Instituições da Administração direta ou indireta, do Executivo, com as outras instituições nacionais, que poderemos realmente construir uma obra diferente, para o futuro.

Por isso mesmo aqui estou, juntamente com a nova Direção da Caixa Econômica Federal, em visita ao Estado do Paraná, com objetivos de trabalho, tanto que amanhã pela manhã, teremos um encontro com os gerentes de todas as agências e unidades administrativas da Caixa Econômica Federal neste Estado, para darmos uma demonstração de que, a nossa luta pela democracia neste País, tem que chegar, até mesmo internamente, às instituições que nos caiba presidir.

A Caixa Econômica Federal não pode ter as suas decisões tomadas apenas pelo seu Presidente ou pela sua diretoria. A Caixa Econômica é sobretudo todos aqueles que a fazem, que nela trabalham, mas, mais do que isso, a Caixa Econômica não é apenas o conjunto dos economistas que desempenham a sua tarefa.

A Caixa Econômica é também, e isso poderia passar despercebido, a própria sociedade que se serve da Caixa Econômica, e não é por acaso que amanhã teremos uma reunião de trabalho com representantes da sociedade civil, com representantes de instituições aqui sediadas, sejam representantes da construção civil, sejam de instituições como a OAB e tantas outras, que nos derem a honra de, participando dos nossos encontros, trazerem a sua colaboração e a colaboração não é apenas enaltecer o que de positivo a Caixa Econômica venha fazendo, mas a colaboração sobretudo da análise crítica que fortifica, das sugestões que nos forem oferecidas, das



reivindicações que nos forem apresentadas.

A Caixa Econômica Federal é uma das instituições poderosas deste País. Hoje nós detemos a parcela maior da poupança interna que se encontra nas mãos dos Bancos, cerca de 40 por cento, o que representa, em termos de depósitos, cerca de 40 trilhões de cruzeiros, mas o importante não é que a Caixa tenha recebido esse montante de recursos da comunidade. O importante é saber como a Caixa Econômica devolve à comunidade isso que lhe é confiado em suas mãos.

Ainda amanhã estaremos assinando contrato com a Prefeitura Municipal de Curitiba, com o Governo do Estado, com o Sindicato dos Trabalhadores, comprometendo-nos a financiar escolas ou sedes próprias para as entidades representativas de classe. O importante é saber que o podemos fazer a mais, como podemos fazer melhor, como podemos colaborar nesta nova fase do processo político brasileiro para melhorar as condições de vida do nosso povo.

Estive pela manhã inaugurando um conjunto habitacional, financiado exclusivamente pela Caixa Econômica, beneficiando pessoas de baixa renda. A nossa preocupação é dar, é dar de maneira cada vez mais produtiva em favor da comunidade, e por isso, no grande leque de alternativas para a área habitacional, estamos levando à discussão, a possibilidade de agregarmos ao teto que é financiado pela Caixa Econômica, a possibilidade do verde, para que aquele trabalhador que ganha um ou dois salários mínimos, indo para o seu trabalho, possa ter em casa a sua mulher, os seus filhos, trabalhando a horta caseira, de tal forma que melhore a subsistência da família trabalhadora do Brasil, e constitua, ao mesmo tempo, um reforço à renda familiar.

Quem sabe se a gente não conseguir acoplar portanto ao teto o verde e daí o nome de verde-teto, nós não criaremos condições melhores para evitar a inadimplência tão grande na faixa da habitação popular.

E por fim, uma idéia desse tipo que está em elaboração, porque não fizemos um programa completo e acabado para anunciarmos à Nação, mas estamos discutindo nas várias regiões do País. Estivemos em Pernambuco, na Bahia, hoje estamos no Paraná e na próxima semana estaremos no Rio, e logo adiante, em São Paulo e assim, sucessivamente.

Imaginamos, portanto, que a Caixa Econômica Federal, embora não atue propriamente na agricultura e que o crédito é de outras instituições bancárias. Veja a nível nacional o Banco do Brasil; seja a nível regional, na minha região, o Banco do Nordeste. Mas, quem sabe se nós não poderemos por uma linha desse tipo, contribuímos para o equacionamento de um dos problemas mais graves da Nação brasileira e que deve ser uma das prioridades do atual Governo José Richa, que será a produção de alimentos.

A Caixa Econômica Federal não tem a pretensão de resolver este problema, mas de dar a sua cota de contribuição para poder abrir novos caminhos. E, ao mesmo tempo, tentando contribuir para um novo e equacionamento da política habitacional brasileira. Procurando oferecer subsídios que construam uma nova sistemática junto ao BNH. Nós não podemos, no entanto, nos esquecer que somos instituição financeira e, como tal, temos que tentar tudo para compor os interesses em jogo, para contornar a crise da inadimplência habitacional, mas, ao mesmo tempo, quando estivermos diante de situações em que não se tornou possível a composição. Então nos temos que agir com responsabilidade e com coragem, interpondo as ações cabíveis daqueles

que por essas ou aquelas circunstâncias, não têm oferecido condições para cobrir o investimento que tenhamos feito com o dinheiro do povo.

Portanto, a minha presença hoje aqui na Assembléia Legislativa, e demais diretores que fazem a diretoria da Caixa Econômica Federal, é uma demonstração de apreço ao Poder Legislativo, no qual eu fiz a maior parte da minha vida pública e, ao mesmo tempo, de consideração à classe política. Porque é a classe política, são os Parlamentares, que vivem o dia a dia das angústias do povo e tem, portanto, grandes contribuições a dar àqueles — que muitas vezes nos gabinetes de Brasília — estão tendo à sua frente, problemas, que os técnicos indicam determinada solução, mas que precisam ser aprimoradas através do anseio da coletividade.

Portanto, a nossa presença, é como eu disse, considerar a classe política como um auxiliar, um auxiliar importante no equacionamento da problemática nacional. E, aproveitando a presença aqui da imprensa — devidamente credenciada junto ao Poder Legislativo — para dizer que o Executivo tem que encontrar no Legislativo, como na própria imprensa, traços que haverão de completar o esforço dos que estão à frente de instituições como a nossa. E, através do esclarecimento, através da crítica construtiva, através dos subsídios, conseguirmos juntos mudar este País.

Os compromissos básicos da Nova República, tão bem encarnados na pessoa de Tancredo Neves, que a fatalidade nos roubou, no dia mesmo da sua posse —, esses compromissos básicos são: com a democratização e as mudanças. E esta é a obrigação de todos aqueles que tiverem uma parcela de responsabilidade na condução da coisa pública, é contribuir, cada qual, para que neste País haja, sobretudo isto, a democratização e a mudança. Que estou certo, que aqueles que fazem a Assembléia Legislativa do Paraná estão imbuídos desse mesmo espírito. E portanto, o meu agradecimento muito especial aos líderes do PMDB, da Frente Liberal, do PDS, que independentemente de coloração partidária tiveram um gesto democrático de me saudarem. Agradecimento por fim, à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que interrompendo os seus trabalhos ordinários, achou por bem receber-me assim tão carinhosamente, tão fraternalmente, e dizer portanto que o Paraná que tem dado um exemplo a este País de trabalho e de responsabilidade, inclusive tendo a frente do Estado a figura do Governador José Richa.

Quero dizer, portanto, que levo desta vinda ao Paraná, e que pela primeira vez como Presidente da Caixa Econômica, venho para dizer que não é possível considerarmos caminhos divididos.

É preciso sobretudo somarmos os esforços para fazermos deste País aquele que nós queremos, um Brasil com liberdade e com justiça social.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa agradece a presença do Senador Marcos Freire, dos Diretores da Caixa Econômica Federal neste plenário, e designa os Srs. Deputados Antônio Annibelli, vice-Presidente desta Casa e os líderes de Bancada para acompanharem Sua Excelência e a Diretoria até a saída deste edifício.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Requião.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LUCIO MACHADO — Solicito de Vossa Excelência uma deferência especial, suspendendo a sessão por cinco minutos, para que possamos nos despedir do Presidente da Caixa Econômica Federal e da sua Diretoria.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está novamente suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO Srs. Presidente, Sra Deputados.

Neste fim de semana, provavelmente confundido com os problemas do transporte coletivo no país, o Senador Affonso Camargo propôs a fusão do Partido da Frente Liberal ao PMDB, justificando que essa fusão seria necessária e possível, pois se tratam do mesmo partido e das mesmas opiniões.

Desta tribuna, quero deixar claro que esta posição do Senador Affonso Camargo provavelmente deverá ser revista por ele mesmo e se deve a um desequilíbrio momentâneo ocasionado pelo acúmulo de tarefas, importantes tarefas que o Senador tem ao seu cargo.

Evidentemente o Senador está tentando evitar as candidaturas mais autênticas do PMDB. A medida que amplia o partido pela direita, saiba o Senador que esta incorporação será barrada, como também será barrada uma outra proposta sua, proposta que ironicamente já é lançada no Congresso Nacional.

O Senador pretende também incorporar ao PMDB o Tribunal de Contas.

Srs. Deputados, estão presentes nesta Assembléia os vigias e vigilantes mobilizados para os quais, na última sessão, os Deputados desta Casa votaram uma moção de solidariedade.

Estes vigias e vigilantes não estão brigando por nada mais do que um aumento da sua participação no produto do seu próprio trabalho. Estes vigias e vigilantes estão sujeitados à mais vil exploração que a sociedade moderna conhece.

As empresas prestadoras de serviço não são mais do que agências de emprego que estabelecem uma servidão branca e vil sobre as pessoas que os procuram em desespero no desemprego e para as quais consegue uma colocação num banco, ou numa repartição pública.

Companheiros vigias e vigilantes, Srs. Deputados, a legislação brasileira favorece o proprietário, o patrão e impede de maneira absurda que as greves fluam com naturalidade.

Em função de legislação, a nossa polícia é obrigada a ter um comportamento que não é o comportamento que o PMDB espera e que a Nova República exige.

Para que esta situação seja contrabalançada estou propondo desta Tribuna e sugerindo que as lideranças dos vigias e vigilantes através de sua Associação, requeiram à Mesa da Assembléia para que a sede deste movimento, daqui para a frente se estabeleça no Plenarinho da Assembléia Legislativa, a que a Assembléia Legislativa por

seus Deputados e suas bancadas contrabalançam a legislação autoritária, dando o apoio franco, aberto e decidido a esta categoria que luta pela sobrevivência e contra a exploração.

Aproveito, ainda, o pouco espaço que me resta para registrar, em nome da CUT e do partido dos trabalhadores, um voto de pesar pelo falecimento do advogado Mário Cato. O advogado Mário Cato, professor universitário de Cascavel, ex-presidente da seccional da OAB de Cascavel, professor de ensino superior, era advogado de diversas entidades sindicais de trabalhadores da região do Estado.

A Bancada do PMDB em nome de todos os seus Srs. Deputados está encaminhando à Mesa desta Assembléia um voto de pesar pelo falecimento solidarizando-se ao voto do PT e da Central Unica dos Trabalhadores. Reitero Sr. Presidente o meu pedido para que seja acatada, se assim o desejar, a manifestação das Associações dos Vigias e Vigilantes para que o Plenário desta Assembléia passe a sediar daqui para a frente o movimento de greve dos vigias e vigilantes.

E lembro aos Srs. Deputados que esta Casa já arquivou um projeto meu e do Deputado Nestor Baptista proibindo a contratação de vigias e vigilantes no Estado do Paraná através de empresas intermediárias e exigindo a contratação direta evitando as empresas prestadoras de serviço e exploração.

Este projeto sobre o qual o Deputado Nestor, no horário da Liderança, fará maiores esclarecimentos voltará este ano à Assembléia e eu espero que os Deputados sensibilizados com a situação (Retirado o som)...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Lamentamos profundamente a falta de compreensão existente no Paraná em relação a uma causa justa dos vigias e vigilantes do Paraná. Homens, que no seu dia-a-dia, nunca têm a certeza que ao sair de casa em busca do sustento para a esposa e filhos, eles têm a certeza se voltarão vivos para casa.

O risco de vida é permanente e quando tomba morto um vigia ou um vigilante que tentou evitar um assalto à empresa ou banco que presta serviço, muito dificilmente o patrão, em especial os banqueiros terão a dignidade e o gesto humano de sequer mandar uma Corbélia de flores para homenagear aquele bravo trabalhador que morreu no cumprimento do dever.

Nós sabemos que o banqueiro, que o grande empresário, quando o vigia ou o vigilante morre pra preservar a empresa, nem um telegrama de voto de pesar à viúva recebe por parte do dono da empresa, por parte do banqueiro.

O vigia e o vigilante que tem a responsabilidade exatamente de dar segurança de guardar, de proteger o seu local de trabalho, ele pessoalmente não tem aquela segurança que tem que dar aos outros, porque quando sai de casa ele sai já com a cabeça quente, irritado com cobranças na porta de casa, com os compromissos a saldar, então ele sai perturbado, transtornado porque o salário que ele ganha, infelizmente é um salário miserável, minguido.

E é bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta greve só não terminou porque o Governador José Richa - que é a maior autoridade do Paraná - quando político, sempre deu apoio às

greves, sempre comparecia às greves, estimulando as greves, dizendo que o trabalhador deveria ter o direito de lutar por justiça, por melhoria salarial. E, hoje, infelizmente, Richa não é só aquele político, ele é o Poder. ele está com o Poder do Paraná nas mãos, é o Governador, e Richa, infelizmente, é o grande furador da greve de vigias e vigilantes. **(Aplausos nas galerias)**.

Richa mandou a Polícia Militar à porta dos bancos e das empresas, furando a greve dos vigias e dos vigilantes. Com isso, os banqueiros, os empresários estão se sentindo muito à vontade para não dar o aumento que está sendo pedido. É uma pena, Senhor Presidente.

Ainda no último fim de semana a polícia militar entrou em choque, teve atritos com os grevistas de Londrina. Estamos aqui para cobrar de Richa que aquilo que ele dizia quando era Senador, quando era Deputado, que ele faça, tenha o mesmo comportamento como Governador, não furando a greve, dando apoio aos vigias e vigilantes que querem um pouco mais de salário para não viverem na miséria e para poderem garantir uma vida e um pouquinho mais de conforto para sua família.

Senhor Presidente, é um apelo, portanto, **(Aplausos das galerias)**. É um apelo, portanto, Senhor Presidente, para que o Governador José Richa - que teve o apoio de quase todos esses homens que aqui estão, que votaram para que ele fosse Governador. Governador José Richa, não fure mais a greve, com isso o Senhor está prejudicando os vigilantes. O senhor, furando a greve, os banqueiros estarão prejudicando e não atendendo os pedidos de melhoria salarial dos vigias e vigilantes do Paraná. O nosso apoio a esses grevistas.

Muito obrigado. **(Aplausos das galerias)**.  
**(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há algumas sessões, usei desta tribuna para falar do trabalho que o Governo José Richa vem desenvolvendo na gerência da frota oficial de veículos. Mostrei os expressivos saldos até agora obtidos. Os significativos passos que foram dados. Hoje, como é de ciência dos nobres Pares, a gestão da frota do Paraná é modelar. Os projetos aqui desencadeados para controle e otimização no uso dos carros estão em vias de adaptação a nível federal. A Central de Transportes e o Serviço de Malote - que no correr deste ano evitarão que se esvaia dos cofres públicos algo além de um bilhão de cruzeiros - servem de molde e exemplo também para outros Estados.

Estes projetos deixam cotejar números alvissareiros. Deixam vislumbrar um trabalho mais profícuo ainda. Denotam a preocupação do Governador José Richa em cumprir as promessas feitas nos palanques da eleição de 1982, de conduzir com austeridade os negócios públicos.

Hoje, volto a esta tribuna para ressaltar outro aspecto da administração do atual Governo. Até porque, ao falar anteriormente do trabalho desencadeado na área de transporte oficial, não me poderia furtar à responsabilidade de relatar aos Senhores um esforço maior ainda, predecessor, iniciado em março de 1983.

Naquele ano, naquele mês, através de seu titular o pontagrossense José Olímpio de Paulo - Javier, a

Secretaria da Administração iniciava uma tarefa das mais significativas para a modernização e agilização do instrumental de gerência de um considerável contingente de trabalhadores - os 153 mil funcionários públicos estaduais. Em consonância com as determinações do Governador José Richa, tinha-se em meta: alcançar uma verdadeira política de recursos humanos, controlar melhor os gastos com o funcionalismo, desenvolver ações visando a concessão de benefícios e vantagens aos servidores tornar possível a ascensão funcional, salarial e pessoal.

O primeiro alicerce, para a construção desta obra, há muito reivindicada pelos servidores estaduais, configurou-se na realização de uma detalhada radiografia, do mais amplo espectro, do setor. Pois para se administrar as transformações desejadas, era necessário o manuseio de informações básicas, como: número efetivo e real de funcionários, onde estavam lotados, quanto ganhavam, que estruturas de sustentação existiam, como operavam pela dimensão das propostas, pelo significativo universo com que seria manter contato, pela complexidade das ações, pela responsabilidade de se estar lidando com pessoas, foi detado o processamento de dados em quase a totalidade destes trabalhos. A computação, é bem verdade, configurou fator de fundamental importância, na agilização dos estudos, na confiabilidade dos dados, no cotejo dos resultados.

Aqui quero abrir um parêntese. Várias anomalias foram detectadas. E de imediato sanadas. Como também é do conhecimento dos Senhores, este Governo na folha pôs fim aos funcionários fantasmas com o corte destas pessoas que estavam na folha de pagamento e não trabalhavam, tornou-se possível uma economia de 35,6 milhões de cruzeiros, em valores de meados de 1983; determinou que os servidores que detinham mais de um cargo optassem por um ou outro, acabando, assim, com os acúmulos ilegais de funções.

Enquanto isto, na Secretaria da Administração concretizava-se uma modificação estrutural, com a criação do Departamento de Recursos Humanos. Organismo que, junto com o Conselho Deliberativo do Paraná na gerência do funcionalismo.

Passo seguinte, Senhores, nesta elogiável empreitada foi o chamamento das entidades representativas dos servidores públicos para debater questões que lhes dizem respeito. Por si só, este gesto representou um inegável avanço. O Governo, de seu lado, acenara com propostas de ação pautadas por princípios que pregavam soluções simples e de fácil implantação, justiça social, moralidade e austeridade. As associações de classe, de outro, puseram-se a serviço de seus representados, discutindo com os técnicos da Secretaria da Administração, sugerindo, acatando, e vendo acatadas suas proposições.

Alguns dos resultados deste mutirão os Senhores já bem conhecem. Afinal, antes que o ano de 1983 chegasse ao seu fim, os paranaenses cientizavam-se de que o Estado do Paraná era o primeiro da Federação a beneficiar a todo o funcionalismo com a semestralidade salarial e o décimo-terceiro. Os dois primeiros frutos da gestão do Governo José Richa na área dos servidores públicos. Materialização das promessas de campanha.

Partindo da premissa de que a justiça social inicialmente deve ser implantada dentro da própria casa, o Governador determinou que se desse continuidade a este inadiável projeto de valorização do funcionalismo. Muitos outros saldos foram colhidos. E quero hoje, desta tribuna, ressaltar algumas das promessas de campanha...

**(É retirado o som)**.

Senhor Presidente, dado ao encerramento do prazo, continuarei o pronunciamento na próxima quarta-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há vinte e um anos que estamos escaldados de "Alianças". Em nome de uma delas, a Aliança Renovadora Nacional, nosso País foi nocauteado sob os punhos dos monopólios internacionais e das poderosas oligarquias em delírio. Manipularam leis, criaram escândalos, saquearam a pátria, criaram mecanismos de tortura, prenderam, mataram, asfixiaram as vozes do parlamento, cassaram lideranças, fabricaram o desaparecimento de inúmeros irmãos.

Agora, passados vinte e um anos de autoritarismo, nova Aliança foi incubada: desta feita a Aliança Democrática. Saudada fisicamente em seu nascimento como sua antecessora, de um namoro arredo e noivado coagido, já se desenha no prenúncio de nada menos que a voz importantíssima do próprio Ministro dos Transportes, Afonso Camargo, a tentativa de um casamento hediondo entre o senhor PMDB e a dona Frente Liberal.

Não. Temos assistido em silêncio e nos curvado em nome da bandeira da Unidade a toda sorte de atentados contra o nosso único patrimônio: a credibilidade popular, auferida com inúmeros sacrifícios, selada que foi em nome da identificação de nossas propostas de luta com as aspirações maiores de nosso povo. Literalmente, já engolimos toda espécie de cobras, lagartos, aranhas, escorpiões e tudo o mais. O "valente e fiel PMDB" saudado por Tancredo Neves desde os dias da incorporação PP-PMDB, vem sentindo cada vez menos o chão debaixo dos pés, e tangido está sendo progressivamente à condição de instrumento manipulado e fértil massa de manobra ao sabor dos interesses da astuta e elevadíssima fina flor da burguesia nacional pactuada com os grupos multinacionais.

O PFL é pano velho. É entulho flutuante da massa falida intitulada PDS. Forçar o casamento do MDB com a Frente Liberal é contrapor-se, ao bíblico e milenar princípio de que não se coloca remendo novo em pano velho.

Senhor Ministro dos Transportes deixe de engendrar núpcias tão desacertadas. Basta de agressão e golpes contra o MDB que, desde a incorporação de anfitrião passou a espécie de intruso sob o próprio teto. Será que ainda não estão saciados a contento, querem de uma vez por todas os hóspedes do partido formalizar o despejo do anfitrião, que com tanta fidalguia os

acolheu!"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nossa saudação ainda aos vigilantes que aqui se fazem presente. Um processo de transformação profunda, é necessário que seja desencadeado, para que cada qual tenha o seu lugar ao sol. Não se surpreendam, Parlamentares que há dois anos tentam falar a linguagem do trabalhador, são aqueles que nunca se posicionaram, quando no passado, em movimentos de greve, trabalhadores eram recebidos a frente do Palácio Iguaçu, por policiais, cacetetes, cães amestrados, numa verdadeira afronta a quem trabalha e a quem luta por melhores salários, é por esta razão vigilantes, que com a nossa solidariedade ao seu movimento, nós encarecemos que o PMDB não haverá de acolhê-los sob a força bruta. Gostaríamos sim de ter em mãos, caso tenha ocorrido qualquer agressão policial, gostaríamos de saber dos Senhores mesmos, para que nós pudessemos denunciar, porque o PMDB selado no calor do povo, não deverá jamais curvar-se ou pactuar com esquemas de prepotência e autoritarismo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é por esta razão que nós levantamos a voz, queremos sim coerência. Queremos transformações profundas, queremos um povo organizado, mas sobretudo repudiamos também aqueles que sempre foram ausência e omissão e que hoje não têm moral para ousar defender a gloriosa classe dos trabalhadores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande expediente, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, nós que ouvimos as palavras vibrantes, cadentes e até emocionadas do nobre Deputado Tadeu França, queremos fazer um apelo a Sua Excelência para que nos deixe em paz. Deixe em paz o Partido Social Democrático, que hoje é o PDS, livre das peias do autoritarismo, está buscando junto à opinião pública nacional, seu verdadeiro caminho. Caminho onde ele deveria estar há muito tempo, ao lado do povo e das causas populares.

Nós temos muita autoridade para fazer este apelo, porque estão aí os Anais da Casa, que ao longo destes 20 anos de autoritarismo, nós jamais nos curvamos e jamais nos deixamos abater quando na defesa dos legítimos interesses do povo brasileiro.

Muitas e muitas vezes divergimos do Governo Federal; muitas e muitas vezes nós fizemos valer a nossa palavra neste mesmo plenário em defesa das causas populares.

Admito até o seu inconformismo com a proposta do Senador Afonso Camargo. Nós até aceitamos isto. Mas como nós não nos envolvemos em "brigas de comadres" porque esta briga PMDB e Frente, é briga de comadre.

Porque estiveram juntos para conquistar o Governo da República e agora estão brigando na divisão do bolo, então é "briga de comadre", e em "briga de comadre" a gente não opina e não dá palpite. Então nós só queremos fazer este apelo, para que deixe o PDS seguir o seu caminho e reencontrar o seu programa partidário que é muito bom.

Queremos também, nesta oportunidade, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, agradecer a atenção do Ministro das Minas e Energia, Senhor Aureliano Chaves, pelo atendimento que deu ao nosso apelo, pelo menos no Telex que tenho em mãos e que nos foi remetido pelo gabinete de Sua Excelência onde acusa o recebimento de nosso apelo e também nos faz ciente de que ele havia determinado novos estudos, com relação à distribuição do gás de cozinha. E agora nós estamos vendo, pelo noticiário da Imprensa Nacional, que está vigindo o sistema anterior, onde em qualquer supermercado, em posto de gasolina, em armazéns de pequeno porte da periferia das cidades brasileiras, se encontra ali o gás de cozinha, o que não seria possível, se mantida a portaria que proibia a venda generalizada e determinava postos especiais de revenda do gás.

Senhor Presidente, nobres Deputados a Nação toda viveu um drama muito intenso com a morte do Presidente Tancredo Neves. A Nação ficou comovida, num movimento extraordinário de solidariedade humana; e nós vimos, engrandecidos a figura daquele grande político; homem que costurou o figurino da nova república. Homem que pelo seu espírito conciliador, pretendia levar o povo brasileiro a reencontrar-se; pretendia levar este País ao seu grande destino. Lamentavelmente a fatalidade o colheu justamente à véspera de sua posse. Mas nós vimos e estamos presenciando o espetáculo inédito em todo o País; em que todas as camadas sociais; todos os segmentos da sociedade brasileira, estão procurando homenagear o grande brasileiro de todas as formas.

Esta Casa mesmo já propôs medidas em sua homenagem, a Câmara Municipal de Curitiba, todas as corporações legislativas do País, têm procurado reavivar e manter, sempre no coração do povo, a figura extraordinária daquele político mineiro. Isto é muito bom. E oxalá, daqui 5 anos, não observemos um fenômeno tão comum no brasileiro, que é esquecer os seus grandes homens; esquecer os seus heróis; os homens que de uma forma ou outra, procuraram fazer do Brasil, uma

pátria admirada por todo mundo. É do feitio do povo brasileiro, esquecer muito cedo, os homens que contribuem para a grandeza da Nação. E para que isto não aconteça, Senhor Presidente, com os bravos brasileiros que derramaram o seu sangue generoso, em solo italiano, durante a segunda guerra mundial, é que eu venho nesta tarde a esta tribuna, deixar consignado nos Anais desta Casa, a gratidão do povo do Paraná, pelo feito heróico daqueles bravos pracinhas. Para que as gerações vindouras ao compulsarem os Anais desta Casa, saibam, que de 1942 a 1945, o sangue brasileiro foi derramado em pátria italiana, em nome, em defesa da democracia, de um mundo livre, de um mundo sonhado por toda a humanidade. Por esta razão, Senhor Presidente, eu ocupo esta tribuna, em permitindo um breve histórico, que nunca é demais lembrar, um feito extraordinário. Esta data é significativa: a data de 8 de maio e nós estamos no limiar desta data. Porque ela comemora 40 anos da vitória da Força Expedicionária Brasileira, e nós queremos prestar a nossa homenagem, aos bravos heróis brasileiros, que como já disse anteriormente, em campos da Europa, defenderam com honra e sobretudo com glória, e sobretudo com amor e sobretudo com bravura, a Democracia, a liberdade e a honra da Pátria Brasileira.

Homens que responderam com altivez às provocações de morte de centenas de marujos, de soldados e cidadãos pacíficos que foram abatidos por submarinos alemães na costa brasileira.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) designação dada à Divisão de Infantaria que sob as ordens do então General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, foi mandada em 1944 à Itália, em consequência do estado de guerra declarado a 22 de agosto de 1942, entre o Brasil e a Alemanha.

Na fase inicial dos preparativos, não foram pequenos os óbices a superar: o recrutamento dos especialistas e artífices indispensáveis; a intensiva motorização quanto ao novo material técnico das unidades; a seleção física do pessoal; a mudança de organização em vigor, que todos nós sabemos que o Exército Brasileiro organizou-se pela Escola Francesa, para a correspondente escola Norte Americana.

Constituída em 9 de agosto de 1943, a Divisão Expedicionária entrou logo em fase de concentração e adestramento na Capital da República, no período de janeiro a maio do ano seguinte e, em julho, iniciou o deslocamento para Nápolis, em escalões sucessivos. O 1.º sob o Comando do General de Brigada Euclides Zenóbio da Costa, deixou o Rio de Janeiro a bordo do navio

General Mann, na manhã de 02 de julho de 1944 e chegou ao destino no dia 16, levando um total de 5.075 homens. Esse era o primeiro escalão. Seguiram-se outros, em escalas sucessivas, remessas de contingentes valorosos, até perfazerem o total de 25.334 homens.

Os bravos heróis que com brilho e glória, conquistaram vitórias sucessivas em Caiamore, Monte Prano, Monte Castello, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo.

O deslocamento da Força Expedicionária Brasileira teve o seu batismo de fogo às 14 horas e 22 minutos, em 16 de setembro, com disparo do primeiro ôbus, pela artilharia contra os adversários, iniciando a sua progressão evolutiva que levaria à vitória.

A primeira vitória importante foi conquistada a 18 de setembro, entre os Rios Reno e Pianaro, num labirinto montanhoso, os nossos pracinhas viveram as maiores glórias, bem como os maiores sacrifícios da campanha.

Está bem marcada na mente desses heróis, dos nossos ex-combatentes, o alvorecer histórico de 21 de fevereiro de 1945, quando o Regimento Sampaio se lançou ao ataque no qual desesperadamente o inimigo tentava deter o assalto, mas resolutamente, o Exército Brasileiro prosseguia em sua escalada. Às 17:20 h a infantaria do Brasil, cheia de entusiasmo, apesar do cansaço e da exaustão, deram na crista do Monte Castelo, glória, a seu ver, a maior de toda esta campanha. Era a resposta que foram incumbidos de levar ao inimigo agressor. Esse feito foi decisivo para que a 10.<sup>a</sup> Divisão de Montanha atingisse o seu objetivo.

A tomada de Castelnuovo pelo veterano 6.<sup>o</sup> Regimento de Infantaria inseriu-se com brilho entre os sucessos dessa memorável fase da História da Bravura, da coragem e heroísmo da força expedicionária brasileira.

A localidade de Montese foi conquistada ao anoitecer de 14 de abril; Zocca conquistada a 21 de abril. As últimas operações levaram nossos heróis à Piacenza. Atingiram Cremona, Lodi, Alessandria, Turim e Susa encontrando-se com o exército francês.

A 03 de maio o anúncio jubiloso: "Todos os exércitos inimigos na Itália capitularam na noite de ontem".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na conquista de Monte Castelo é mister que destaquemos a bravura de nossos heróis, que a despeito das más condições atmosféricas, temperatura a 18 graus negativos, um dos mais rigorosos invernos na Itália, dos tanques que não puderam se locomover devido o mau estado do terreno,

da má visibilidade ocasionada pelo nevoeiro dificultando a artilharia, e aí o bombardeio, que muita gente desconhece, e que sobreleva de maneira orgulhosa para nós, a capacidade da nossa força expedicionária, porque houve um bombardeio impreciso nesta oportunidade feito prematuramente pelo exército norte-americano.

Tudo isso se constitui num "hand-cap", num ôbice para o trabalho dos nossos bravos brasileiros, além da resistência encarniçada do inimigo, do lodaçal das vias de acesso, que atrasou por horas e horas, o ataque.

A destruição completa dos meios de transmissão do Batalhão Jaci, que era o 1.<sup>o</sup> batalhão do 11.<sup>o</sup> Regimento de Infantaria, durante a parte mais crítica do combate.

Tudo isto marcou efetivamente o destaque extraordinário, a bravura do povo brasileiro, representado ali pelos nossos bravos pracinhas.

Nós queremos, Senhor Presidente, nesta data prestar as nossas homenagens que não são homenagens nossas Deputados do Paraná, mas do povo paranaense, aos bravos heróis da Força Expedicionária Brasileira.

O SR.ERONDY SILVÉRIO - Eu concedo com muita satisfação o aparte ao nobre Deputado Odeni Mongruel.

**O Sr.Odeni Mongruel-** Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência com a sensibilidade de homem público que é possuidor, registra desta tribuna a passagem dos 40 anos de encerramento da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Vossa Excelência ao usar da tribuna, traz-nos à mente, a necessidade que temos todos nós devemos permanecer atentos, a fim de evitarmos que ideologias extravagantes como essa que foi derrotada nos campos da Europa, voltem a se impor e a fazer tanto mal à humanidade.

Vossa Excelência também nos confere a oportunidade de relembrarmos aqui os feitos magníficos da Força Expedicionária Brasileira que sem dispor do treinamento adequado, dos equipamentos indispensáveis, não hesitou em cumprir a sua parte quando os povos livres se levantaram contra a referida ideologia totalitária de direita que graçava no mundo, àquela época.

E o bom que nós aproveitamos neste instante, não apenas para destacar os feitos heróicos dos nossos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, em particular àqueles soldados que partiram do Paraná para nos campos da Itália, darem cumprimento a essa vontade perene do povo brasileiro, em que se refere à liberdade e a igualdade justa de tratamento entre as

pessoas.

Como cada geração elege os seus ídolos, cada sociedade deve referenciar os seus heróis, cultuando-os, sempre, e evitando que muitas vezes, nas crises circunstanciais, momentâneas ou episódicas que a Nação possa viver, esses heróis sejam relegados a um plano secundário. E é neste ponto, que fundamentalmente destaco a sua intervenção, na tarde de hoje. E permita-me, nobre Deputado, associar-me às suas palavras, reverenciando aqui os nossos heróis do País, do Paraná, e particularmente, também da minha cidade de Ponta Grossa, que emprestou centenas de homens para, na campanha da Itália defenderem a liberdade para o mundo e para esse País.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço à Vossa

Excelência e prazerosamente incorporo o aparte de Vossa Excelência a essa homenagem que eu presto em nome do povo do Paraná, aos bravos heróis da FEB.

Lamentavelmente, e desafortunadamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quatrocentos e cinquenta brasileiros não retornaram. Ficaram em solo italiano. Quatrocentos e cinquenta e quatro brasileiros repousam em Pistóia. Esse foi o tributo que nós pagamos.

Lamentavelmente, para esses homens não valeu a famosa canção da FEB "Não permita Deus que eu morra sem que volte para lá". Lamentavelmente, esses patrícios ficaram no solo generoso da Itália.

Até 05 de outubro de 1960, quando foram trasladados para o monumento Nacional da 2.ª Guerra Mundial, erguido do aterro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

Homenagem póstuma prestamos a todos os heróis que tombaram no campo de Batalha, na memória do 2.º Sargento Max Wolff Filho promovido "post-mortem" a 2.º tenete, pela bravura incontestada.

E até, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um ex-comandante meu de artilharia, também lá, ficou no campo de Pistóia, o Sub-Tenente Hierro que era um homem extraordinário. Era também meu comandante no tempo da Guerra.

Homenageamos, também, Senhor Presidente, os bravos heróis que mostraram na Itália, a tempera do soldado brasileiro, trazendo para o Brasil o V da Vitória, porque é um filho do Paraná, natural de Curitiba, o 2.º Tenente Ernani Vidal. Coube a glória de ser o primeiro a impulsionar seu pelotão até a crista desse centro de resistência inimiga Monte Castello, que por longos meses zombou da fibra, do patriotismo, da bravura e da capacidade de bravura, de coragem do

soldado brasileiro!

Também homenageamos e queremos agradecer a mulher brasileira, às enfermeiras, voluntárias, que serviram junto aos hospitais, atendendo aos feridos, aos doentes, aos agonizantes, na figura da Senhora Virgínia Leite que, valorosa e incansavelmente, permaneceu à cabeceira do leito dos feridos!

Queremos encerrar, Senhor Presidente, prestando homenagem a todos os ex-combatentes, não apenas a esse punhado de bravos que estão aqui nos visitando, hoje, não apenas a eles, mas em nome deles, a todos aqueles que foram heróis nessa Campanha memorável! A todos aqueles que lá deixaram o sangue generoso do Brasil, em defesa da Democracia, contra as Ditaduras; hoje, que nós vemos um mundo tão diferente onde até nas Casas Legislativas maus brasileiros defendem a implantação de Regime Totalitário no Brasil, porque não importa a Ditadura, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, se é de direita, se é de esquerda, ela tem de ser repudiada; não importase nazista, se facista ou, se comunista, o que importa é este regime abençoado por Deus, a Democracia, que abre oportunidade a todos, que permite a um menino humilde de São João Del Rey, chegar à Presidência da República e ali, sem tomar posse, sair nos braços do povo para a sua morada final!

Esta, é a beleza da Democracia, esta é a dívida que nós temos, a dívida de gratidão que temos com esse punhado de bravos que, em campos italianos souberam elevar bem alto o nome da nossa nacionalidade, a bravura do homem brasileiro! Porque, se comparados o exército brasileiro com o exército alemão seria como comparar Golias com o pigmeu. Mas, o exército brasileiro soube fazer da sua fibra, do seu caráter, da sua generosidade, da sua coragem, a sua arma; aquela que nos levou ao cume do Monte Castelo, aquela que cobriu de glórias a Força Expedicionária Brasileira!

Que os Anais desta Casa registrem para sempre a homenagem do Poder Legislativo, eis que, após quatro décadas dessa epopéia maravilhosa, ainda há sobreviventes, alguns aqui assistindo os Representantes do Povo a reconhecer como válida, a sua luta e dizer:

- Muito obrigado, brasileiros, em nome da Democracia, pelo que foi feito pelo Brasil, em campos da Europa!

(Palmas). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso da palavra, no horário que lhe é reservado?



(Declina).

Consulto à Liderança da Frente Liberal, se deseja fazer uso da palavra, no horário que lhe é reservado?

(Declina).

Consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso da palavra, no horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Líder do PMDB, nesta Casa, Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Horário da Liderança do PMDB está tomado pelos companheiros de Bancada, que têm mensagens importantes a serem dadas, no entanto, não nos poderíamos privar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, da missão institucional de, aqui representando o Governo do Estado do Paraná, talvez, não merecermos os aplausos mas, recolocarmos a verdade, num instante em que Deputados, nesta Casa, acusam o Governador José Richa, de "furar a greve".

Nós gostaríamos de colocar que, a principal função da Polícia Militar, e a sua existência é exatamente, para a segurança pública e, se levamos em consideração - e eu gostaria que todos nós presentes nesta Casa interpretássemos isso - de que, exatamente estamos com um movimento de greve que dele somos solidários como o Governador. José Richa que também é solidário, porque em companhia do Deputado Sérgio Spada recebeu os vigilantes e vigias da região de Foz do Iguaçu em audiência e prestou a sua solidariedade a eles, mas eu me pergunto, Senhores, se nós tivéssemos no Paraná e no Brasil uma manchete desse tipo, em jornal: "Vigilantes e Vigias de estabelecimentos bancários e transportadoras de valores estão em greve e o Governador do Paraná nega-se a que a Polícia Militar ofereça segurança à guarda desses valores", por certo o Paraná seria indubitavelmente o local de convergência de todos os ladrões e assaltantes do Brasil com risco de vida para tantos quantos trabalham e queríamos lembrar aqui para restituir a verdade que somos contra o salário-mínimo e mísero que se paga aos vigias, mas temos a consciência de que o dinheiro que lá está guardado não são dos patrões, são também dos milhares de trabalhadores e de homens do povo que colocam lá o dinheiro e que não podem ficar à mercê daqueles que, porventura, venham querer assaltar.

Por isso, numa outra oportunidade, me desculpo por não poder levar essa discussão mais prolongada, mas fico à disposição para discutir com qualquer Parlamentar dessa Casa sobre as razões que levaram o Governo do Estado a proteger

o patrimônio dos paranaenses enquanto perdura o dissídio coletivo na greve dos vigias e vigilantes.

Concedo, Senhor Presidente, o Horário da Liderança, por dez minutos, ao Senhor Deputado Márcio Almeida e o restante do horário, ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permito-me com a permissão da Liderança da nossa Bancada, de também externar os nossos cumprimentos à homenagem prestada pelo Deputado Erondy Silvério aos ex-combatentes que aqui estão e que trazem, na tarde de hoje, indiscutivelmente, o muito da História deste País.

Nós nos sentimos profundamente honrados com essas visitas e também pedimos permissão ao Deputado que prestou essa homenagem, que nos permita nos associarmos a esta homenagem.

Lamentavelmente, parece-me que o Deputado Antônio Belinati não se encontra no Plenário neste momento, mas eu gostaria de dizer e de lembrar ao Senhor Deputado Antônio Belinati, por quem tenho uma profunda amizade, um profundo respeito, mas lembrar que se hoje esse País, Senhor Presidente, vive numa miséria contemplada por mais de cinquenta milhões de brasileiros, essa miséria senhores vigilantes, vigias que aqui estão, deve-se muito ou quase que na sua totalidade ao autoritarismo, à ditadura, à violência que massacraram a cabeça do trabalhador brasileiro.

Por isso mesmo me espanta quando tenta o Deputado Antônio Belinati, acusar o Governador José Richa de estar omissos. Até pelo contrário. Ainda na semana passada, quando do início desta greve, nós estivemos na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe e lá fomos levar, naquela oportunidade, ao lado do Deputado Roberto Requião, do Vereador Aziel Pereira que também nos honra com a sua visita, hoje, dos Vereadores José Maria Correa e Emílio Mauro, fomos levar não só a nossa solidariedade, mas fomos levar o nosso trabalho para a sustentação da greve que estava sendo deflagrada naquela oportunidade.

Imediatamente fomos ao Governador do Estado, que determinou em nossa frente, que os Secretários iniciassem o seu trabalho para tentar acabar o mais rápido possível com aquela greve que estava se



iniciando. Lá estivemos com o Presidente da Associação, o Cícero, que também aqui se encontra, com relações públicas - o Pedro, que é figura quase que permanente aqui na Assembléia procurando os Deputados, procurando apoio para a greve deflagrada pelos senhores vigias e vigilantes.

E hoje, temos, pela primeira vez, desde que estou aqui nesta Assembléia - e são quase sete anos - temos portas abertas para um movimento grevista. Portas que foram abertas pelo Senhor Deputado Antônio Annibelli, no exercício da Presidência na tarde de hoje, que convidou esta classe, que fez entrar na Casa que é do povo, onde poucas vezes o povo pode entrar, pode discutir, pode aplaudir ou pode vaiar. Mas, neste Governo, do PMDB, isto está sendo permitido. E não é nenhum favor que a Assembléia está prestando ao abrir as portas para os Senhores. Porque é justamente do trabalho de cada um dos senhores e de todos nós, que sai o salário dos Senhores Deputados e sai, porque não, a manutenção desta Casa.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lembro-me perfeitamente que em 1979, apresentamos um projeto, nesta Casa, que de pronto foi rechaçado já nas comissões técnicas; que vedava a contratação de mão-de-obra de terceiros, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas, de locadoras de serviços e empresas de transportes e carga, para os serviços de carga e descarga e respectivo transportes. Depois tivemos ainda, no ano passado, o companheiro Roberto Requião apresentando um projeto que complementava este no sentido de impedir - mais uma vez - que o Estado usasse desta verdadeira escravidão branca. Que não é um presente dado ao trabalhador brasileiro pelo PMDB, mas é um presente deixado para o brasileiro pela ARENA, aliás pela "falecida" ARENA. É um presente deixado para o brasileiro pelo PDS, que também vive os seus estertores - com o devido respeito a alguns companheiros do PDS - que devem merecê-lo. Mas, a verdade é que o PDS teve uma profunda participação no estado de miserabilidade da dignidade do povo brasileiro, na atualidade.

E quero lembrar, também que, lamentavelmente, há dias atrás, muitos dos Senhores devem ter acompanhado nos jornais de Curitiba de que eu estaria encaminhando uma sugestão de projeto para Brasília, que parecia ser um verdadeiro AI-5 contra o trabalhador, porque na nossa iniciativa, na nossa sugestão a Deputados Federais do Paraná e Senadores, nós propugnávamos no sentido de que se permita apenas uma reeleição para sindicatos e federações. Por um motivo muito simples. Se hoje o

trabalhador brasileiro está esmagado é porque os seus sindicatos não tiveram forças, porque as suas federações deixaram de brigar pelo trabalhador por um motivo muito simples: o cidadão se elegia, reunia-se com alguns "cupinchas" e se eternizava no poder, como ainda hoje acontece.

É presidente de federação há quinze anos; há dezessete anos dirigindo uma federação. E há um detalhe muito importante enquanto o trabalhador pensava ou pensa em fazer uma greve, pensa até em perder o seu salário, o salário do Presidente do Sindicato e das Federações está garantido porque ele independe da greve deflagrada pela classe que ele preside.

(Palmas)

Estou lembrando isto, meus companheiros Deputados, porque eu apresentei este projeto que mencionei há pouco, que dava apoio ao trabalhador e que impedia ao Estado a contratação dos serviços de mão-de-obra de zeladoras, de pessoal da manutenção, de vigilância, e esse projeto ainda, lamentavelmente até no Estado não tem sido respeitado.

Nós apresentamos este projeto com um amparo muito grande de Sindicatos de Paranaguá, na oportunidade. Paranaguá que vive o movimento sindical com muita intensidade. E a prova é de que quando nós discutíamos aqui nesta Assembléia o referido Projeto de Lei, que foi o primeiro do ano próximo passado, nós convidamos todos os Sindicatos do Paraná.

E, por incrível que possa parecer não esteve presente sequer um sindicato de Curitiba, ou da região metropolitana. Mas, estiveram, naquela oportunidade, todos os Sindicatos do Município de Paranaguá. Aqui não esteve nenhuma federação porque não interessava discutir assuntos referentes a sindicatos. Porque os presidentes de alguns sindicatos, alguns, porque tem gente séria no movimento sindical e alguns presidentes de federações acreditavam que a ditadura permaneceria no poder por mais um longo período.

Por isso mesmo. senhores vigilantes, ainda hoje, pela manhã, viajando, vinha ouvindo uma reportagem numa emissora de São Paulo, e que lembrava muito bem que, enquanto um vigilante percebe ou percebia até o novo salário-mínimo Cr\$ 266.000, a prestadora, a empresa que os contrata recebe exatamente um milhão e cinquenta ou um milhão, cento e cinquenta pelos serviços.

Então, é muito mais fácil para o Estado pagar mais para o vigilante, mais para o vigia, mais para a zeladora, menos para a empresa evidentemente, e fazer a contratação direta.

E era lembrado também com muita propriedade que hoje as empresas têm também uma grande dificuldade, dados os encargos apresentados. Não as empresas de conservação, de vigilância e limpeza, que têm os seus encargos também.

Mas, a verdade é que os encargos sociais do Governo Federal são os mais violentos possíveis em cima do trabalhador.

Ora, o trabalhador poderia ser melhor remunerado se os encargos sociais fossem menores, indiscutivelmente. Agora, o trabalhador poderia ser melhor remunerado se esse País não tivesse passado vinte e um anos na mão da corrupção, da safadeza e de malandros que assaltaram Brasília e pisaram na cabeça do povo brasileiro.

(Palmas)

Por isso, para permitir que os companheiros que solicitaram-me o aparte possam fazê-lo, eu quero reiterar o que já foi dito, inclusive pelo Deputado Roberto Requião, e tenho certeza de que estou acompanhado pela unanimidade da minha bancada, liderada pelo Deputado Caíto Quintana, e por companheiros Vereadores que aqui estão.

O PMDB não só está solidário com o movimento de vocês. Está de solidariedade, de aperto de mão, de abraço e de sorriso é importante, mas não é o suficiente. O PMDB está participando do movimento grevista iniciado pelos vigilantes e vigias e pelas zeladoras, na Cidade de Curitiba e no Estado do Paraná.

Nós estamos participando e por isso mesmo estou sugerindo, neste instante, à Liderança de nossa bancada, que em contato com as demais Lideranças de outras bancadas, de imediato forme uma Comissão de Deputados para exigir junto à Secretaria recém-criada do Trabalho e junto ao Governo do Estado, uma intermediação junto aos empresários.

(Palmas)

Empresários, Srs. Deputados, que já ganharam muito dinheiro ao longo do período autoritário, do período da repressão. E parece-me que chegou a hora de dividir, nesta, que todos nós esperamos seja uma "Nova República".

Eu quero conceder o aparte ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

(Aplausos das galerias)

O Sr. Sérgio Spada - Deputado Nestor

Baptista. Eu não poderia deixar de fazer essa defesa do Governador, nesta oportunidade, pois que, indevidamente, demagogicamente, foi tachado de "furão" de greve. Na verdade, o que o Governador tem feito, através do policiamento, é cumprir norma constitucional legal e mandar os policiais às portas dos bancos o que -

obviamente nós entendemos - prejudica até certo ponto o movimento de paralisação dos vigias e vigilantes.

Mas, o Governador, democrático como é, durante sua estada em Santa Terezinha do Itaipu, dia 3 próximo passado, muito embora não estivesse no programa, até "furando" todo o esquema protocolar, descendo do palanque onde se celebrava o terceiro aniversário do município, foi de encontro aos vigias e vigilantes que lá se encontravam de maneira franca, aberta, num diálogo "tête-à-tête", frente à frente, e prestou total e integral solidariedade ao movimento dos vigias que se deflagrara em todo o Estado do Paraná.

Para conhecimento desta Casa, dos vigias e vigilantes que aqui se encontram hoje, o Oeste do Estado do Paraná - particularmente Foz do Iguaçu - participa deste movimento, que é justo e tem recebido total e integral apoio do PMDB e dos Parlamentares daquela região. E o Governador - como falei há poucos instantes - muito pelo contrário, ao invés de ser um "furão" de greve, está dando total e integral apoio a esta classe que, com justiça, está reclamando aquilo que lhe tem direito.

Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

(Aplausos das galerias)

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu quero registrar que estou recebendo da Associação Profissional dos Empregados de Empresa de Assessoramento, Perícias e Informações de Pesquisa de Curitiba, um documento que, tenho certeza, será endossado pela Bancada do PMDB.

E gostaria de relatar um pequeno trecho: "Senhores Parlamentares. A Associação protesta também sobre o comportamento da corporação da Polícia Militar de estar prestando serviços a empresas particulares que entendemos que eles são pagos para manter a ordem e a segurança de todos os cidadãos e não para estar dentro de estabelecimentos comerciais e particulares."

Aceitamos plenamente (aplausos das galerias), e aí estará mais um motivo de uma comissão desta Assembléia, porque concordamos perfeitamente que a Polícia Militar existe para dar o devido respaldo a todo cidadão, indistintamente, e não para proteger o capital contra o trabalho; e será esta solicitação que faremos de imediato ao Secretário da Segurança Pública e à Comissão que formaremos para conversar com o Sr. Governador.

O Sr. Edmar Luiz Costa - concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu tenho apenas alguns segundos e gostaria de conceder o aparte ao Senhor Deputado Mário Pereira, que me solicitou.

O Sr. Mário Pereira - Eu quero parabenizar com o seu pronunciamento e dizer que sua sugestão, Deputado Nestor Baptista, de solicitar a interferência da Secretaria recém-criada do Trabalho, eu acho importante, pois nós temos diversos casos; o problema dos vigilantes e vigias não é um problema uniforme; há estabelecimentos do Estado que repassam às intermediárias de mão-de-obra que são essas empresas, quantias realmente reduzidas em que a margem é pequena; há outros que repassam quantias muito grandes e que podem perfeitamente os donos destas empresas aumentarem os salários dos vigilantes e vigias.

Agora, seria importante fazer uma análise, e aí o Governo do Estado, Deputado Nestor Baptista, pode fazer um acordo já em paralelo para começar a resolver o problema do vigia, analisar o Banco do Estado, a Secretaria das Finanças, a Secretaria do Interior, a Secretaria da Indústria e Comércio que têm contratado vigias e vigilantes, e verificar se o que o Estado paga a essas Companhias não for possível atender a pretensão dos vigilantes e vigias, que aumente. E se for possível, dentro de uma análise, que force essas empresas a aumentar o salário sob pena de cancelar o contrato. Portanto, concretamente, o Governo do Estado pode intervir, mediar e resolver o problema justo da greve que levou os vigias e vigilantes à paralisação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede um minuto para o orador concluir o seu discurso.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Apenas gostaria de conceder trinta segundos deste minuto ao Deputado Antônio Belinati, se aceitar, evidentemente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Agradeço a Vossa Excelência mas vou me inscrever para Explicações Pessoais.  
Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Caro Deputado Nestor Baptista, a proposta feita por Vossa Excelência da formação de uma Comissão de Deputados para manter contato com o Governo do Estado, deve ser apoiada por todos. Faria uma sugestão a Vossa Excelência que esta mesma comissão - se estivesse ao seu encargo - mantivesse contatos com o Governo do Estado, visando

a possibilidade de o Estado não mais contratar as empresas mediadoras e intermediadoras para que as contratações de vigias, vigilantes e zeladoras para os órgãos do Estado, Administração Direta e Indireta, sejam feitas diretamente pelo Estado, porque os dados fornecidos por Vossa Excelência são impressionantes.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, o povo brasileiro acabou com a ex-ARENA. O povo brasileiro acabou com a ditadura. O povo brasileiro vai fazer a Democracia! (Palmas)

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Solicito a Vossa Excelência a minha inscrição em Explicações Pessoais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se a

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem de n.º 94/85, datada do dia 6 do corrente mês, solicitando autorização para que o Senhor Vice-Governador do Estado, se afaste do País, no período de 9 à 13 do corrente mês, com destino ao Paraguai.  
**Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 177/84, que concede o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, A SUA EXCELENCIA REVERENDÍSSIMA DOM PEDRO CASALDALIGA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 213/84, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dispõe sobre o preenchimento de cargos nos Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 294/84, de autoria do Senhor Deputado FIORI LUIZ, que denomina VICTÓRIO FRANCOVIG, a Rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 303/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina ARTHUR HOFFIG, o trecho da Rodovia

PR-160, que liga os Municípios de Sertaneja e Congonhinhas. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 320/84, de autoria do Deputado JORGE AMIN MAIA FILHO, que denomina RODOVIA BELIGNI E PANTANO o trecho da PR-539 entre Marilândia do Sul e Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de Apresentações Artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA  
GERAL AO PROJETO DE  
LEI N.º 178/84

OK! o F. Silva

Art. 1.º - Nas Feiras, Congressos, Convenções e demais eventos patrocinados pelo Governo do Estado, que envolvam a contratação de artistas, será obrigatória, e com prioridade, a ocupação do percentual mínimo de 60 por cento de profissionais filiados nos Conselhos Regionais, Sindicatos ou Associações de Classe com sede no Paraná, comprovadamente em dia com suas obrigações junto aos referidos órgãos.

§ 1.º - Aplica-se o disposto neste artigo, de forma proporcional, nos eventos em que o Estado do Paraná participar através de convênios, nos quais deverão constar cláusula regendo a matéria.

§ 2.º - A falta de inscrição de artistas profissionais radicados no Paraná, a ocupação do percentual previsto no caput deste artigo poderá ser procedida com artistas amadores.

Art. 2.º - Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto regulamentando o disposto no artigo anterior.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

Apoiamento: ROBERTO REQUIÃO  
MÁRCIO ALMEIDA  
NELSON VASCONCELLOS  
RUBENS BUENO  
HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Esta nova Emenda Substitutiva Geral tem por objetivo dar a este Plano de Lei, na parte que trata da ocupação de um percentual de artistas paranaenses ou radicados no Paraná, redação similar àquela contida no artigo 16 da Lei Estadual n.º 7.875, de 02 de julho de 1984, cuja cópia passa a fazer parte integrante da presente exposição de motivos, que dispõe sobre a Ação Social do Estado no que respeita à Educação,

Habilitação ou Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiências.

O referido dispositivo, aprovado recentemente, por esta Casa, como parte destacada do Projeto de Lei n.º 156/83, previa a obrigatoriedade da destinação de 5 por cento das vagas do Quadro de Pessoal da Administração Pública do Estado, às pessoas com deficiência.

Assim, desde que o mencionado Projeto foi aprovado por unanimidade em maio de 1984, quando levado à apreciação do Plenário desta Casa e posteriormente sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, transformando-se na Lei n.º 7.875/84, não devem pairar quaisquer dúvidas a respeito da constitucionalidade do presente plano de lei que tem por finalidade proporcionar maiores oportunidades de trabalho aos artistas paranaenses ou radicados em nosso Estado, bem como fazer com que os amadores também possam levar sua arte em apresentações públicas patrocinadas direta ou indiretamente pelo Governo do Estado.

Em votação o Substitutivo de Plenário.

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência, tivesse a gentileza de ler o Substitutivo de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1.º Secretário fará a leitura do Substitutivo.

O SR. 1.º SECRETARIO - (Lê o Substitutivo)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão o Substitutivo. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 330/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de ALBERTO BAGGIO, o trecho da PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 168/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, que objetiva reformular a Estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Com PARECERES DA C.C.J., C.F. e C.R.H., FAVORÁVEIS AO SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela C.C.J., e com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. (ANEXO: Mensagem 56/85, de 11/03/85, do Excelentíssimo Senhor Governador, com a Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 168/84, reiterando a apreciação da matéria).

Antes, porém, a Mesa vai decidir a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Pela Ordem) - Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício, da Assembléia, Deputado Anibal Khury.

Examinando a Ordem do Dia desta sessão de maio de 1985, eu verifico que Vossa Excelência assumiu a mensagem do Excelentíssimo Senhor

Governador sobre a reforma administrativa do Tribunal de Contas, tornando suas também, duas das principais inconstitucionalidades da mensagem, quais sejam a revogação da Assembléia Legislativa, permitindo que Sua Excelência o Governador, legisle a respeito do Tribunal de Contas por decreto e o impedimento do acesso livre de todos os cidadãos ao cargo público transformando um cargo em cargo de médico e dando trinta dias para o seu ocupante provar a sua habilitação profissional e optar pelo cargo.

Nestas circunstâncias, Senhor Presidente, consubstancia-se o impedimento de Vossa Excelência para julgar uma Questão de Ordem por uma inconstitucionalidade assumida por Vossa Excelência, anteriormente num substitutivo em uma das Comissões da Casa.

Eu acredito que esta Questão de Ordem deveria ser examinada no impedimento de Vossa Excelência pelo Plenário desta Assembléia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa Presidência compreende bem o sentido de obstrução que o Deputado Roberto Requião tenta fazer nesta Mensagem.

A Presidência é impessoal, e seria até ridículo que um Deputado que participasse de uma Comissão, como relator de determinado projeto, fosse impedido de votar aqui em Plenário.

A Questão de Ordem do nobre Deputado Roberto Requião, em 30 de abril de 1985. (Lê):

Decidindo a Questão de Ordem suscitada pelo nobre Deputado Roberto Requião, no que respeita à tramitação por esta Casa do Projeto de Lei n.º 168/84, esta Presidência, ao apresentar suas razões fará inicialmente um breve histórico do assunto:

Afirma o nobre Deputado Roberto Requião que a Mesa desta Casa em obediência ao parágrafo 4.º, do artigo 123, do Regimento Interno, agiu mal em aceitar a Mensagem Governamental n.º 142/84, oriunda do Poder Executivo, que encaminha a este Poder o anteprojeto de lei que objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado.

Diz o mencionado disposto regimental:

"Art. 123 . . . . .

§ 4.º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Poder Legislativo.

Invoca ainda o artigo 128, § 4.º, do Regimento Interno, que diz o seguinte:

"Art 128 . . . . .

§ 4.º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente contrário aos dispositivos da Constituição e aos interesses do Estado.

Na exposição de motivos que ilustrou a Questão de Ordem, argumenta o nobre Deputado ser o Tribunal de Contas, por força de dispositivo constitucional, órgão vinculado ao Poder Legislativo e que, nestas condições, conforme estabelece o artigo 22, item XIV, da Constituição Estadual, compete privativamente a esta Assembléia propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

Alega, ainda, que o artigo 27 da Constituição Estadual, em seu parágrafo primeiro, veda a delegação de matéria que sejam de competência exclusiva da Assembléia Legislativa ou do Poder Judiciário.

Reforçando o seu argumento o nobre Deputado

Roberto Requião afirma, ainda, não ser o Tribunal de Contas um Tribunal na acepção plena da palavra e que mesmo que o reconhecessemos como autônomo por força do disposto no § 1.º, do artigo 41, da Constituição Estadual, a ele caberia a iniciativa da mencionada Lei e não ao Poder Executivo, nos termos do que estabelece o artigo 91 ainda da Carta Magna Estadual.

Nestas condições, requer o Deputado invocando os mencionados artigos 123, § 4.º e 128, § 4.º, do Regimento Interno, seja o Projeto n.º 168/84 retirado da Ordem do Dia, por apresentar vício insanável no que respeita à constitucionalidade da iniciativa.

Argui ainda ser inconstitucional, de maneira especial o artigo 16 do projeto, que confere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a autorização para, por decreto, transformar cargos do Quadro de Pessoal daquela Corte de Contas, mediante proposta do Tribunal, desde que não haja aumento de despesa.

Para que a resposta à Questão de Ordem seja completa e dirima, cabalmente, as dúvidas quanto à constitucionalidade da matéria ora em exame, deve esta Presidência respondê-la em três etapas pois são três as hipóteses de inconstitucionalidade aventadas.

I - E o Tribunal de Contas órgão vinculado ao Poder Legislativo, dependendo deste para proposição de leis que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos?

II - Não sendo, e possuindo por força constitucional competência privativa para proposição de leis de tal natureza, é válido que o Executivo encaminhe Mensagem sobre o assunto a esta Assembléia?

III - A autorização da Assembléia para a transformação de cargos contida no artigo 16 do projeto, fere a autoridade e a competência deste Legislativo?

#### PASSAMOS A DECIDIR

I - Quanto ao primeiro tópico, é bastante claro o dispositivo constitucional consubstanciado pelo § 1.º, do art. 41, da Constituição Estadual, que confere ao Tribunal de Contas as atribuições previstas pelo art. 115 da Constituição Federal.

A esse respeito manifesta-se o eminente jurista Manoel Golçalves Ferreira Filho, em sua obra COMENTARIOS À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA (editora Saraiva, terceira edição, página 348):

Para salvaguardar a independência do Tribunal de Contas, evidentemente indispensável para o correto desempenho de suas atribuições, a Constituição lhe estende o disposto no artigo 115 em favor dos Tribunais Judiciários. Assim, concede-lhe o direito de eleger seu Presidente e a respectiva Mesa diretora; elaborar seu Regimento Interno e organizar os serviços auxiliares prover os cargos de seu Quadro Administrativo (na forma da lei, embora); deferir licença e férias a seus membros e servidores (sempre na forma da Lei). **Dá-lhe também poder de iniciativa, habilitando-o a propor ao Legislativo a criação de cargos,** bem como a fixação dos respectivos vencimentos, ou, eventualmente, a extinção de cargos.

Nestas condições, na oponição do eminente constitucionalista citado, cujo ponto de vista abraçamos, embora seja o Tribunal de Contas o órgão que, por força constitucional, auxilie o Poder Legislativo na fiscalização financeira do Estado, para que lhe seja assegurada a necessária independência, cabe-lhe, por força do Art. 115, item II, da Constituição Federal a competência exclusiva para propor leis que digam

respeito ao seu pessoal e serviços internos e não, como alega o nobre Deputado Roberto Requião, a esta Assembléia.

II - Posto que a Constituição Federal retira desta Assembléia a competência para iniciativa de leis que disponham sobre a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, passamos a examinar a outra alegação do eminente Deputado, no que respeita ter sido a matéria encaminhada a esta Casa através de Mensagem do Poder Executivo.

Valemo-nos para isso da contribuição de outro eminente comentarista da Constituição Pátria, Pontes de Miranda que nos tem a dizer em sua obra **COMENTARIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1967** - com a emenda n.º 1 de 1969 (Ed. Revista dos Tribunais, 2.ª Edição - páginas 586, 587).

O Art. 115, II, não disse que havia de solicitar ou propor ao Poder Executivo, porque seria tornar dependente desse a remessa, ou o pedido; disse, clarissimamente, que se havia de propor ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo, recebendo a proposta, encaminha-la-á comissão competente; e será apresentado, ou não, o Projeto de Lei (**Se o Poder Judiciário se dirige ao Poder Executivo, há, apenas, curva de expediente, em gesto de cortesia; mas nem por isso menos escusado.**)

Como se nota da documentação que acompanha o mencionado Projeto n.º 168/84, a iniciativa partiu do Doutor Cândido Martins de Oliveira, então Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que através do Ofício n.º 101/84, de 29 de fevereiro de 1984, encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o anteprojeto de Lei correspondente. Da mesma forma, sempre através do Poder Executivo, o atual Presidente daquele Tribunal, Doutor Armando Queiróz de Moraes, através de Ofício n.º 233/85, encaminhou alterações ao projeto, em tempo hábil por não ter ainda sido votado pelo Plenário desta Casa.

Não houve, portanto, na opinião do mais ilustre constitucionalista brasileiro, qualquer lesão ou afronta aos dispositivos constitucionais que regem a matéria, partindo a iniciativa, como deveria partir do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, que através de seu Poder Executivo, num gesto de cortesia desnecessária, supérfluo (é este, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o significado da palavra **escusado** empregado por Pontes de Miranda em seu comentário).

III - Quanto ao terceiro tópico, que diz respeito à inconstitucionalidade do art. 16 do projeto sob alegação de que vem a se constituir numa abdicação desta Assembléia do seu direito de legislar, temos a responder ao nobre Deputado que, pelo simples fato de depender da autorização ali contida e de que esta autorização condicione as eventuais transformações a inexistência de aumento de despesas, está este Poder Legislativo, exercendo em sua plenitude as suas atribuições constitucionais, fazendo-o no entanto de uma maneira racional e isenta, ao não permitir que uma simples mudança de denominação ou de atribuições no que se refere aos cargos a serem transformados, não implicando em qualquer aumento de despesa, venha a se transformar num entrave burocrático ao bom andamento dos serviços daquela Corte de Contas.

Mesmo que o Art. 16, em particular ferisse qualquer dispositivo constitucional, ainda assim, o fato não invalidaria a recepção do projeto pela Mesa, pois

restaria ao nobre Deputado que contestasse sua validade o recurso de pedir destaque e rejeitá-lo em Plenário.

Ressalte-se, ademais, que a douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a primitiva Mensagem Governamental sobre a matéria, no exercício de suas prerrogativas, afastando a inconstitucionalidade da mesma ofereceu substitutivo que veio de ser acatado pelo Tribunal de Contas do Estado, dando lugar ao envio de Mensagem a ser votada pelo Plenário teve origem no seio desta própria Casa, através de um de seus órgãos permanentes, a ela retornando diante da concordância com os seus termos, manifestada pelo ilustre Presidente do Tribunal de Contas.

Assim sendo, após um exame consciencioso dos fatos, e sem qualquer paixão, concluímos pela improcedência da Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Roberto Requião, acrescentando que, ninguém mais do que nós, que sofremos pessoalmente as consequências do arbítrio, por nossos atos em defesa da dignidade e soberania do Poder Legislativo, ninguém mais do que nós, repito, quer ver preservadas as atribuições e a competência que fazem a grandeza da Assembléia Legislativa como lúdima representante do povo paranaense.

Nestas condições, está rejeitada a Questão de Ordem.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 168/84. (**Pausa**). Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto. Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. (**Pausa**). **Aprovado.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Pela Ordem) - Senhor Requeiro verificação de votação, através da 1.ª Secretaria.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder, através da Secretaria, a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETARIO - (Procede a chamada nominal) - Trinta e sete Senhores Deputados responderam à chamada nominal. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares, e vai-se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. **APROVADO.**

Tem a palavra o nobre Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder novamente à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

**APROVADO.**

Tem a palavra Pela Ordem, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Eu gostaria, Senhor Presidente, que registrasse em ata, o meu voto contrário a este projeto de lei.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

O Sr. Roberto Requião - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Para os efeitos do parágrafo 2º, do Artigo 83, da Constituição Estadual, eu peço que Vossa Excelência declare o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder novamente à verificação de votação.

O Sr. Erondy Silvério - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Senhor Presidente, eu reconheço a liberalidade da Mesa, mas está distoando da decisão tomada pela mesma Comissão Executiva, numa última votação de um outro projeto, 3ª discussão do outro projeto referente ao Tribunal de Contas, quando foi proclamado o resultado da votação, e foi solicitado através do Deputado Alencar Furtado, uma verificação de votação, e a Mesa indeferiu o pedido, sob alegação de que era matéria vencida.

Então, hoje, é matéria vencida. A Mesa não pode usar dois pesos e duas medidas; tomar decisões diferentes para a mesma questão, em sessões diferentes.

Por isso, é extemporânea a solicitação de verificação do nobre Deputado Roberto Requião, e a Mesa jamais poderia ter deferido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o § 2º do Art. 83, da Constituição Estadual estabelece que, a criação de cargos no âmbito do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, se estabelece, por lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das Casas Legislativas. Portanto, eu requeiro a Vossa Excelência que, através de Verificação de Votação, estabeleça o verdadeiro quorum desta questão a respeito do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Questão de Ordem de Vossa Excelência não procede.

O § 2º do Art. 83, citado pelo Deputado Roberto Requião, diz o seguinte:

O Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais poderão admitir servidores, mediante concurso público de provas, ou prova de título, após a criação dos cargos admitidos por lei aprovada por maioria.

Não é o caso, o dispositivo invocado não inclui o Tribunal de Contas e não se trata de lei complementar.

Está indeferida a Questão de Ordem.

A Mesa vai proceder a Verificação de Votação e quer apresentar ao Deputado Erondy Silvério, porque o faz:

É que, na primeira Verificação, por engano desta Presidência, a Mesa procedeu a Verificação de Votação pelo modo contrário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para registrar, unicamente, Sr. Presidente.

Se Vossa Excelência está indeferindo a Questão de

Ordem do Deputado Roberto Requião, baseado no Parágrafo segundo do Artigo 83, a Liderança do PMDB sente-se na obrigação também de, ser solidária à Questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério; reserva-se o direito de não ser cobrada, futuramente, se vier a solicitar que, após a proclamação do resultado, não se proceda nova Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a Verificação de Votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Eu torno a repetir, nobre Deputado Anibal Khury, que Vossa Excelência deve se lembrar do meu velho pai, seu velho companheiro de bancos de Assembléia Legislativa. Seguramente Vossa Excelência deve lembrar também, que o ilustre Professor de Direito da Universidade Federal do Paraná, e seu amigo pessoal, o Advogado Luiz Alberto Machado com quem Vossa Excelência mantém estreitos laços de amizade.

Mas, para declarar a Vossa Excelência, Sr.

Presidente, que me parece não ter cabimento a solicitação do Deputado Roberto Requião, de vez que, tal procedimento adotado pela Mesa, só poderia ocorrer, desde que a votação fosse nominal; desde que não se trata de votação nominal, a Mesa não precisa e não deve, inclusive, anunciar o resultado ao Plenário, pois que nós sabemos, pela prática parlamentar, que os resultados de uma Verificação de Votação, a outra, alteram-se, ao sabor das conveniências dos Srs. Parlamentares, que têm a liberdade de participarem de uma ou de outra votação, de acordo com a sua consciência, a sua conveniência e o seu desejo pessoal.

Portanto, anunciar o resultado com segurança, somente se a votação for nominal, da matéria, e esta matéria, a votação como foi feita, não pode ser anunciado um resultado de tantos votos a favor, ou de tantos votos contrários.

Com relação ao procedimento do eminente Líder do Governo nesta Casa, a Bancada da Oposição não pode aceitar, Sr. Presidente, porque a solicitação de verificação de votação é um recurso que dispõem às minorias. Eu, pessoalmente, apesar de não concordar com as colocações feitas pelo Deputado Roberto Requião, não posso deixar de admitir que, neste momento, Sua Excelência, em minoria na sua Bancada ou neste Plenário, tem o direito de recorrer às Verificações de Votação, como nós o faremos, a cada vez que julgarmos conveniente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a verificação de votação. 27 Srs. Deputados aprovam o projeto, 06 Srs. Deputados rejeitam o projeto. - Aprovado o projeto.

O SR. ERONDY SILVERIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu também quero explicar a razão da Questão de Ordem que levantei à Mesa. Eu jamais pretendi cercar o direito do Sr. Deputado que requer verificação de votação, que cabe a qualquer instante. Eu apenas alertei à Mesa para que, de futuro, se conceda o mesmo privilégio, já digo, a qualquer Deputado que queira verificação de votação, mesmo depois de proclamado o resultado. Precedente aberto por Vossa Excelência deve ser escrito



em livro próprio, para que em outras oportunidades ele passe a integrar o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa \_ responde ao nobre Deputado que confessa o seu erro em proceder a verificação de votação simbolicamente na segunda fase, quando deveria fazê-lo pedindo aos Srs. Deputados que levantassem, os que aprovavam o projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, com base no § 2.º do Art. 83, eu quero recorrer da decisão de Vossa Excelência pela decisão do projeto, uma vez que não existe quorum qualificado, ou seja, os trinta Deputados necessários constitucionalmente para que uma mudança estrutural no Tribunal de Contas pudesse ser aprovada nesta Assembléia.

Gostaria que Vossa Excelência registrasse a minha Questão de Ordem em Ata, para que eu possa tomar as minhas providências judiciais cabíveis.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa fará com grande satisfação o registro da Questão de Ordem em Ata e em livro próprio, e já decidiu: improcede a Questão de Ordem do nobre Deputado Roberto Requião.

A matéria está aprovada.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 333/84, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 127, de 27 de novembro de 1984).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 333/84

##### PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Péricles Pacheco da Silva, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Telêmaco Borba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de fevereiro de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abdelkarin Janene, ocorrido no Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de

pesar pelo falecimento do Sr. José Pachulski, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, no Município de Jardim Alegre. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Glória Faria Pereira, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, no Município de São Pedro do Ivai. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Luiz Depaoli, ocorrido no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Borges da Silveira, pai do Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Borges da Silveira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoioamento dos Srs. Deputados Márcio Almeida e Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Kato, advogado e professor do Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Mário Kato, ocorrido no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Borges da Silveira, ocorrido no dia 05 de maio do corrente ano, no Município da Lapa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Leal Machado, Vereador da Câmara Municipal de Clevelândia, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Mário Pereira e Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Katuo Kato, ocorrido no dia 06 de maio do corrente ano, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 59/85 e de Resolução 39/85. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Borges da Silveira, pai do Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Borges da Silveira. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Administração, encarecendo a relação dos cidadãos paranaenses que se utilizam de apartamentos em Brasília, às custas do

Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a inscrição de professores com idade igual ou superior a 45 anos, desde que em atividade docente à realização de concurso público para ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo êxito da 25.<sup>a</sup> Exposição Agropecuária e Industrial, realizada no Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças e Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Chopinzinho. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a implantação de um sistema completo de iluminação na Escola Estadual Basílio Pertew — Ensino de Primeiro Grau no Distrito de Ângulo, Município de Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a construção de duas salas de aula na Escola José Bernardo dos Santos — Ensino de Primeiro Grau, no Município de Arapongas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o fornecimento de um equipamento compacto para a produção de extratos vegetais e/ou animais, popularmente denominado VACA MECÂNICA para o Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências visando viabilizar um abono de emergência para o funcionalismo público estadual. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de maior cota de combustível, assim como armamento, para a Delegacia do Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma sala especial para alunos excepcionais, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de pistas para acostamento em diversos

trechos da rodovia que liga os Municípios de Nova Cantu — Roncador — Iretama. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de louvor às fontes noticiosas, a todos os profissionais de imprensa do País, ao jornalista Antonio Britto, pela excelente cobertura e informações oficiais divulgadas sobre os acontecimentos registrados desde a eleição, morte e sepultamento do Sr. Presidente Tancredo Neves. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo relançamento do jornal FOLHA DE PRUDENTÓPOLIS. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 114.<sup>o</sup> aniversário do Município de Imbituva. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Jesuítas ligando o Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste, ao Município de Jesuítas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artágão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo o cascalhamento da via de acesso que liga o Distrito de Nova Tebas, no Município de Pitanga, a estrada projetada ligando aquele município ao de Ivaiporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria veiculada no jornal O ESTADO DO PARANÁ, sobre as denúncias que envolvem a distribuição, em larga escala, de lagartas contaminadas aos sericultores de Nova Esperança, pelas multinacionais Kanebo Silk do Brasil S/A e Bratac S/A, as quais mantêm o controle de distribuição e produção do casulo na região. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o fornecimento de um equipamento compacto para a produção de extratos vegetais e/ou animais popularmente denominado VACA MECÂNICA, para o Município de Astorga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antonio Fonseca, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado A GREVE DOS VIGILANTES, publicado no jornal O PARANÁ. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do

Estado, encarecendo informações quanto aos termos do Edital de Concorrência para a realização da primeira etapa das obras da usina hidrelétrica de Salto Segredo. —

Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião e Nestor Baptista, com apoio dos Srs. Deputados Antonio Belinati e Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando seja destinado o Salão do Plenarinho desta Casa, para sediar o movimento de greve dos trabalhadores vigilantes e vigias do Estado do Paraná.

Em votação.

A Mesa, antes de proceder a votação, adverte aos Srs. que, conforme o serviço de informações da Casa, o dia 09 estará comprometido com o encerramento do estágio universitário. Dia 15, entrevista coletiva com o Sr. Luiz Carlos Prestes. Dias 13 a 17, menos o dia 15, estágio legislativo simulado. Dia 18 e 19, cedido à Juventude do PMDB. Dia 29, lançamento do livro de José Jofeli.

A Mesa vai proceder a verificação de votação. —

Aprovado.

O SR. CAITO QUINTANA — Sr. Presidente.

Solicito a Vossa Excelência a verificação de votação do presente requerimento, em virtude de envolver o interesse de todos os parlamentares desta Casa, e ao perceber que estamos em pouco número aqui, acho que deveríamos ter o Plenário para poder votar.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem) Considerando que há pouco foi registrado quorum nesta Casa, estão aí Deputados da FL, do PDS e do PMDB, em condições de votar o requerimento, solicito a Vossa Excelência que proceda a chamada nominal.

O SR. CAITO QUINTANA — Eu retiro a verificação.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) — Está aprovado o requerimento, com as restrições do compromisso anterior da Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para amanhã, dia 07 de maio, às quinze horas, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Comendador Gianfranco Bertoni, e uma sessão ordinária para o dia 08, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 178 e 330/84.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 168 e 333/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 247, 258, 286/84, 09 e 59/85, e do Projeto de Resolução n.º 39/85.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO FONSECA, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MAIO DE 1985.

#### A GREVE DOS VIGILANTES

Emir Sfair

*Numa cidade como a nossa, onde a segurança nos bairros deixa muito a desejar, é de se estranhar que a Polícia Militar coloque às portas dos bancos, para substituir vigilantes em greve, soldados que deveriam estar a serviço da população. Ora, se os vigilantes estão em greve, protestando contra salários de fome que recebem de empresas prestadoras de serviço, os bancos que contratam serviços especiais para substituir os vigilantes, e não transformem os soldados da Polícia Militar em armas contra o direito de greve.*

*Todos sabem que estas empresas de vigilância que existem no Brasil para prestar serviços apenas são contratadas pelas grandes empresas e pelos bancos, para livrá-los dos compromissos trabalhistas e previdenciários. No momento em que seus próprios funcionários denunciam que elas lucram mais de 500 por cento no aluguel de serviços humanos, é justo que se procure reformular a legislação que as protege, e não parece ter bom senso a decisão da Polícia Militar de mandar seus soldados proteger os bancos.*

*Vejam que a luta dos vigilantes é muito justa: eles estão pedindo 4 salários mínimos para os vigilantes (que têm curso de segurança) e três salários mínimos para os vigias, pois as empresas cobram mais que isso dos bancos e podem repassar a estes bancos a majoração, desde que segurem um pouco seus abusivos lucros. Esta exploração primária do homem pelo homem deve acabar nesta Nova República e para que a greve funcione como instrumento de pressão, é preciso que a Polícia Militar não assuma o compromisso de prestar serviços que dela foram retirados pelas empresas de segurança e vigilância, que quando implantadas no País, conseguiram seus contratos exatamente apregoando que a PM não tinha condições de oferecer segurança às empresas bancárias e comerciais.*

*Não é justo, portanto, que a cidade fique desprotegida, as escolas fiquem sem guardas, os bairros despoliciados, apenas porque o dinheiro dos banqueiros precisa ser protegido pela Polícia Militar. A população deve exigir que os soldados da PM voltem aos quartéis, pois é injusto usar homens pagos pelo povo, para proteger o dinheiro dos agiotas.*

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO TADEU FRANÇA, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MAIO DE 1985.

#### SERICICULTORES NA TEIA DAS MULTIS

*Nová Esperança é a capital brasileira e sul-americana do bicho-da-seda. Anualmente, a sericicultura injeta Cr\$ 27 bilhões no comércio do município, algo equivalente a 14 orçamentos*

da Prefeitura e que daria para comprar cerca de mil Chevettes Hatch. Mas eles enfrentam um problema sério: a monopolização exercida pelas multinacionais que industrializam a matéria-prima transformando-a em finos tecidos de seda. Abaixo, em relato do repórter Luiz Carlos Rizzo e fotos de João Montovan, da Sucursal de Maringá, você ficará conhecendo o emaranhado de interesses deste negócio milionário.

As culturas mecanizadas contribuíram para o aumento do êxodo rural no Paraná a ponto de o Estado ter perdido, na década passada, 1,2 milhão de pessoas que migraram para o Centro-Oeste brasileiro, grandes centros urbanos — especialmente São Paulo — e até ao Paraguai. A reboque, houve rápida elevação do número de máquinas e colheitadeiras, atingindo a frota, na atualidade, 100 mil tratores e 16 mil colheitadeiras. Enfim, o que se assiste é o esvaziamento rural, com sérios reflexos para as pequenas localidades interioranas que começam a ganhar a denominação de cidades fantasmas.

Neste processo de concentração de riquezas e de terras em poucas mãos, houve uma exceção. A sericicultura vem fazendo o caminho inverso e, em Nova Esperança, não só permitiu o retorno à zona rural dezenas de famílias obrigadas a migrar para os meios urbanos como também é a garantia da manutenção do minifúndio e da pequena propriedade numa região predominada pelo arenito-caiuá, cujos solos depauperados estão reservados em sua maior parte à pecuária de corte.

A criação do bicho-da-seda, desta forma, exerce importante papel social. Injeta no comércio de Nova Esperança, em torno de Cr\$ 27 bilhões anuais, algo equivalente a 14 orçamentos do Município ou o preço de mil Chevette Hatch equipados. A produção, afinal, chega a 3 milhões de kg. de casulo verde, representando 1/3 do volume brasileiro. Apesar destes dados, os sericultores enfrentam um problema: a monopolização exercida pelas multinacionais que industrializam a matéria-prima, transformando-a em finos tecidos de seda. A espoliação vai desde a entrega de larvas, assistência técnica e até elaboração dos preços que os criadores devem receber. Esta última influência, embora muito velada, fica clara pelo comportamento da FAESP — Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. As indústrias de fiação de seda, todas elas ligadas ao capital japonês, conseguem fazer predominar seus interesses. Sempre. Até dentro da FAESP, que elabora os preços que os produtores devem receber.

Importante conhecer o mecanismo de dominação exercido pelas multinacionais japonesas. Em Nova Esperança e região — onde se concentra o maior pólo produtor mundial de casulos — atuam as empresas Bratac S/A e Kanebo Silk do Brasil S/A, as quais mantêm entrepostos na cidade. Elas se encarregam do

monopólio, desde a entrega de ovos ou larvas. As lagartas chegam às propriedades ainda dormindo e só acordam na terceira idade, com oito dias de vida. Aí começa o problema, uma vez que o produtor não sabe se o inseto que produzirá casulo está vivo ou não. Pode ser que os lotes entregues estejam contaminados, conforme ocorre com certa insistência.

O problema registrado no começo de fevereiro ilustra a situação. Os agricultores receberam da Kanebo Silk do Brasil S/A, cerca de oito kg. de larvas, o equivalente a 28 milhões de lagartas. A maior parte já saiu das chocadeiras da indústria mortas ou afetadas pela doença popularmente conhecida por flacidez, que leva o inseto ao definhamento e à morte. Em resumo, em vez de produzirem em 25 dias de trabalho 40 toneladas de casulo verde, arcaram com prejuízo global de Cr\$ 360 milhões, quantia que pretendem receber na Justiça, caso não haja acerto amigável entre as partes.

**Falta fiscalização.** A afirmação do presidente da Associação dos Sericultores de Nova Esperança, Geraldo Demarchi, é procedente. O Ministério da Agricultura, por força da portaria 291/80, é obrigado a exercer rigoroso controle junto às indústrias para impedir que, de suas chocadeiras, saiam larvas contaminadas por doenças provocadas por vírus, bactérias ou fungos. Literalmente, a lei não é cumprida. Embora o agricultor receba os lotes das larvas com uma etiqueta, ela mesma vem incompleta na medida em que não conta com assinatura do técnico responsável pela sua saída das incubadeiras. Nem consta o número de lote. Estes dados — aparentemente — preocupação meramente burocrática — são fundamentais para a garantia de larvas em boas condições de sanidade.

Os sericultores de Nova Esperança são testemunhas de que há muito tempo o veterinário Antonio Anfeu Gomes, do Ministério da Agricultura e teoricamente encarregado do cumprimento da Portaria 291/80, não visita as chocadeiras. Desta forma, a qualidade das lagartas entregues nas propriedades, é questionada. Ainda mais quando ocorrem exemplos de grande mortalidade a partir de 19 dias de existência. Seu ciclo estende-se por 42 dias.

Na visão de Salvador Zaninelli, um dos produtores que recebeu lagartas supostamente contaminadas, a solução seria a instalação de unidade de fiscalização em Nova Esperança porque nas atuais circunstâncias, a portaria ministerial é letra morta. Na cidade — no Colégio Estadual S. Vicente de Paula — existe um laboratório capaz de fiscalizar a qualidade das larvas. Conta com centrifugador, esteloscópio (lupa), microscópio ótico e vidrarias. Enfim, com Cr\$ 3 milhões, sua estrutura seria complementada e poderia funcionar mediante convênio com o IAPAR —

Instituto Agrônomo do Paraná.

## MARGINALIZAÇÃO

Outros criadores do bicho-da-seda defendem a mesma solução. Afinal, estão cansados de ver o resultado de seu trabalho redundar em pesados prejuízos financeiros. Leonildo Galhardoni, de Alto Paraná, lembra que recentemente a Kanebo Silk do Brasil S/A entregou-lhe 75 gramas de larvas que, após 25 dias, deveriam produzir 350 kg de casulo verde. Ele não conseguiu entregar à indústria monopolizadora mais do que 202 kg. Em outros casos, as perdas foram maiores. Francisco Balbo, de Nova Esperança, ficou com 105 gramas de lagartas, e sua meta de produção era de 525 kg. Frustrou-se ao saber que o volume ao final não ultrapassara a 81,6kg, com perda superior a 90 por cento. Em todos os casos, além da redução na produtividade, verificou-se outro problema: queda na qualidade do teor de seda líquida.

Segundo o técnico da EMATER, Oswaldo de Pádua, são comuns casos de sericultores reclamarem do alto índice de lagartas entregues já mortas ou contaminadas pela flacidez que, em outras palavras, isto significa a sua morte em menos de 20 dias de vida e elevados prejuízos aos produtores. O presidente da entidade que congrega os produtores do setor, Geraldo Demarchi, também biólogo, tem uma explicação para o caso:

As mariposas, fase que antecede a transformação em lagarta, são naturais portadoras de vírus em menor ou maior quantidade. Quando constatado índice de contaminação superior a 10 por cento nos lotes, a recomendação técnica é a sua eliminação. Se isto não ocorrer, no setor de sementagem, quando eclodem os ovos, as larvas já nascerão afetadas pelo problema. E isto acontece com certa frequência na região de Nova Esperança.

Esse entrave, que só ocorre diante da ausência de fiscalização pelo Ministério da Agricultura, verifica-se na área responsável por 60 por cento da produção de casulo verde paranaense. A sericultura não pode conviver com a distorção na medida em que constitui no principal injetor de recursos no comércio de Nova Esperança, como também em demais pequenos municípios circunvizinhos em decadência em consequência da saída de 500 mil pessoas na década passada pelo avanço do capitalismo no campo e introdução de modernas tecnologias de produção.

Segundo cálculos da Associação dos Sericultores de Nova Esperança, a atividade movimenta anualmente só neste município, em torno de Cr\$ 27 bilhões, tomando-se por base o preço do kg do casulo na atualidade. Cr\$ 9 mil. A produção deste ano está estimada em pelo menos 3 milhões de kg. Com este dinheiro, daria para serem adquiridos mil Chevette Hatch equipados. A importância equivale a 14 vezes mais o orçamento de Nova Esperança para este ano.

## A MARGINALIZAÇÃO DO PARANÁ

Curiosa é a forma como são elaborados os preços recebidos pelos produtores. Embora o Paraná represente mais de um terço da produção brasileira de casulos verdes, eles são fixados pela FAESP — Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. A sua comissão técnica de sericultura possui em sua composição desde um avicultor até um sericultor decadente e próspero criador de coelhos. O Paraná não possui a menor participação. As cotações são fixadas também com a presença de técnicos da CFC, CACE e do Ministério da Agricultura.

Os custos apresentados pelos criadores do bicho-da-seda paranaense jamais foram levados em consideração. acusa Alfredo Bordin, vice-prefeito de Nova Esperança e Odontólogo que divide o dia entre seu consultório e a propriedade que tem na sericultura a sua menina dos olhos. Ele denuncia a influência das indústrias de fiação de seda junto à FAESP que, assim, faz o seu jogo. Geraldo Demarchi endossa a denúncia e sente a mão invisível das multas em quase todos os setores governamentais. É o chamado lobby.

A cotação vigente poderia ser um exemplo da marginalização sofrida pelos produtores do Paraná. Após efetuarem os cálculos do custo de produção, chegaram à conclusão de que o reajuste para o trimestre abril-maio-junho deveria ser de 58 por cento. Porém, por força das indústrias que atuam na área, ele não passou de 27 por cento acrescidos posteriormente de mais 8 por cento após muitas discussões. Mesmo assim, constata Bordin, o índice em vigor ficou 23 pontos percentuais abaixo do reivindicado.

Outro detalhe que mostra o monopólio japonês está nos preços de exportação do fio de seda que, cotado no mercado internacional a 70 dólares o quilo, não alcança mais do que 24 dólares quando deixa o Brasil. O interessante da história é que os jornais, ao fornecerem a cotação, apresentam apenas o vigente no Japão e não no Brasil.

Como num acordo de cavalheiros, as multas do setor fazem uma divisão entre os sericultores. Em Nova Esperança, isto fica claro. O que receber larvas da Bratac S/A, em nenhuma hipótese poderá entregar casulo verde à Kanebo Silk do Brasil S/A e vice-versa. O argumento — muito contestado pelos dirigentes rurais — é de que se torna inviável a industrialização da matéria-prima, pois os casulos seriam diferentes.

## PAPEL SOCIAL

No Extremo-Noroeste do Paraná, onde paira a ameaça de aparecimento de um grande deserto no futuro, em consequência do rápido empobrecimento do arenito-caiua, a sericultura vem impedindo maior concentração fundiária.

*De acordo com dados disponíveis, em âmbito estadual, são 1.875 proprietários e 4.800 porcenteiros e meeiros que vivem exclusivamente da atividade. Significa contingente de 33 mil pessoas. A criação do bicho-da-seda predomina em minifúndios ou pequenas propriedades com cerca de 7 hectares, em média.*

*Não fosse a sericicultura, agricultores como Valter Moreira e João dos Santos, fatalmente teriam vendido suas poucas terras e enfrentariam hoje nas cidades o drama de trabalhadores sem qualificação profissional. Eles produzem casulos em faixas de seis mil metros quadrados, o equivalente a 10 terrenos no*

*perímetro urbano de Nova Esperança. Cerca de 85 por cento dos gastos são com mão-de-obra e apenas 15 por cento com insumos em geral. Dentro de pouco tempo, os criadores parecem que, livres da monopolização exercida pelas multas japonesas, terão condições de obter melhor remuneração. A COCAMAR — Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá — investe Cr\$ 10 bilhões num projeto que inclui desde a compra do casulo verde até a instalação de uma indústria de fiação de seda. Detalhe fundamental: ela assumiu o compromisso de formular os preços de compra do casulo com a participação direta dos sericicultores.*